

TRIPULAÇÃO UCRANIANA DE NAVIO É SUBSTITUÍDA POR BRASILEIROS

Trabalhadores estavam meses no mar, com pouca água, alimento e quase sete meses de atraso salarial

Por Sheila Almeida 27.07.20 19h38



[https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.111145:1595797507/Tripulantes-deixam-o-](https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.111145:1595797507/Tripulantes-deixam-o-Srakane.jpeg?f=2x1&pf=dd28d53&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

[Srakane.jpeg?f=2x1&\\$p\\$f=dd28d53&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/content/d/policy:1.111145:1595797507/Tripulantes-deixam-o-Srakane.jpeg?f=2x1&pf=dd28d53&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Tripulação ucraniana de navio é substituída por brasileiros (Divulgação)

Após meses no mar, com pouca água, alimento e há quase sete meses de atraso salarial, a tripulação de maioria ucraniana

do navio Srakane foi substituída neste domingo (26) por uma tripulação de brasileiros.

Os trabalhadores que estavam a bordo foram repatriados, retornando ao país de origem de avião, após a empresa santista CBA Trading - Exportação de Produtos Agrícolas – mesmo sem qualquer vínculo com a embarcação – decidir arcar com os custos de toda a operação e quitação de débitos, para assegurar a dignidade dos trabalhadores.

No total eram 14 pessoas. 12 voltaram e dois permaneceram. Por serem engenheiros de máquinas, por lei, eles têm que ficar 48 horas dentro do navio para treinar a nova tripulação. Na quinta-feira (30), eles retornarão para casa.

Também ficaram o capitão Krsto Dabivic, da Croácia, e o segundo comandante, o servo croata Alen Babovic. Ambos firmaram contrato com a CBA Trading para continuar à frente do navio. Fizeram acordo por livre consentimento, com a nova empresa santista.

O navio agora passará por reparos técnicos no Porto Santos.

Entenda o caso

A empresa santista iria fretar o navio, mas soube, numa vistoria, de vários problemas. As dificuldades começaram após um armador do navio não arcar com os custos da operação. A situação piorou com a pandemia de corononavírus, pois a embarcação tentou ancorar em países europeus e na África, mas teve a entrada negada devido ao combate à doença.

Sem combustível, a embarcação foi para Salvador (Bahia), onde pôde reabastecer, mas não atracar. Depois passou por São Sebastião antes de receber assistência santista.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 28/07/2020

Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

INFRAERO E MPT ASSINAM ACORDO CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO

Assessoria de Comunicação

Cooperação vai reforçar ações de conscientização e promover a capacitação de profissionais que atuam no transporte de passageiros*

Em alusão ao Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, lembrado em 30 de julho, a Infraero e o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinam, nesta quarta-feira (29/7), um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de realizar ações de prevenção ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. O acordo visa ainda à capacitação de profissionais que trabalham nos terminais aeroportuários, por meio de videoaulas, e a mobilização do MPT nos aeroportos para conscientizar usuários e passageiros.

A iniciativa faz parte do projeto "Liberdade no ar", promovido pelo MPT em parceria com outros órgãos, que prevê a veiculação de conteúdos relacionados à temática nas telas de avisos de voos dos aeroportos administrados pela Infraero. Entre as primeiras ações, que também integram a campanha Coração Azul, será lançada esta semana nas redes do MPT e de parceiros uma série de animações que alertam: "Desconfie de propostas encantadoras e busque informações antes de embarcar nessa".

Para a procuradora do MPT Andrea Gondim, gerente nacional do projeto Liberdade no Ar pelo MPT, "apesar do momento de pandemia, não podemos deixar de informar à sociedade sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, pois é justamente nessas situações de crise, primeiro a de saúde que, segundo especialistas, será seguida de uma crise econômica, que as pessoas podem ser seduzidas por falsas promessas de emprego. Por isso é fundamental disseminar essas informações e treinar o olhar da comunidade aeroportuária para identificar situações suspeitas", conta.

"O acordo é norteado por um dos pilares da Constituição: a dignidade humana. Para nós, é muito significativo podermos ser parceiros do Ministério Público do Trabalho, que tem uma atuação importante na prevenção e no acolhimento de vítimas", afirmou o presidente da Infraero, brigadeiro Hélio Paes de Barros. Segundo Paes de Barros, essa também é uma temática cara e relevante para a Infraero, que, em quase meio de século de experiência administrando terminais de Norte a Sul, tem um histórico consolidado como uma empresa cidadã.

Liberdade no Ar

O "Liberdade no Ar" foi inspirado na história da comissária de bordo americana Shelia Fedrick, que salvou uma menina vítima de tráfico de pessoas, em 2011, após desconfiar do modo como o acompanhante dela a tratava durante o voo da Alaska Airlines, entre Seattle e San Francisco, nos Estados Unidos. Além da Infraero, o Liberdade no Ar conta com parceria da campanha Coração Azul, da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad), da Organização das Nações Unidas (ONU) – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e da Secretaria Nacional de Justiça.

Números

Entre 2014 e o início de julho deste ano, o Ministério Público do Trabalho registrou 1.496 denúncias de aliciamento e tráfico de trabalhadores, firmou quase 374 termos de ajustamento de conduta (TACs) e ajuizou 159 ações sobre o assunto. Dados do UNODC revelam, ainda, que o tráfico de pessoas movimenta mais de 30 bilhões de dólares e explora cerca de 2,5 milhões de pessoas no mundo. Segundo o Ministério da Justiça, em 2018 e 2019, 184 brasileiros foram arrancados do país devido ao tráfico de pessoas - 30 deles (16%) eram crianças e adolescentes. Os casos são subnotificados.

Assinatura do acordo

A assinatura do acordo pelo procurador-geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, e pelo presidente da Infraero, brigadeiro Hélio Paes de Barros, será às 19h do dia 29, transmitida pelo canal da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad) no Youtube. O ato simbólico acontece na abertura do penúltimo episódio da websérie "20 Questões

sobre o tráfico de pessoas no Brasil", que integra as atividades do MPT no mês da campanha Coração Azul, destinado ao combate mundial ao tráfico de pessoas.

Outras ações

O MPT iluminou a sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília, na cor azul, alusiva à campanha internacional Coração Azul, e realiza a websérie "20 questões para entender o tráfico de pessoas no Brasil", em parceria com a Asbrad, até 30 de julho. Além disso, parte do conteúdo informativo do projeto Liberdade no Ar também terá versão em inglês, para permitir uma maior difusão internacional do material em eventos virtuais com a participação das procuradoras Andrea Gondim e Cristiane Sbalqueiro, que gerenciam a iniciativa no âmbito do MPT.

Legislação

O Brasil ratificou o Protocolo de Palermo, por meio Decreto nº 5.017/2004. O protocolo é um instrumento legal internacional que trata do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. O país também sancionou a Lei 13.344/2016, cujo texto inclui no Código Penal o crime de tráfico de pessoas, tipificado pelas ações de agenciar, recrutar, transportar, comprar ou alojar pessoa mediante ameaça, violência, fraude ou abuso, com a finalidade de remover órgãos, tecidos ou parte do corpo, submetê-la a condições análogas à escravidão, adoção ilegal e/ou exploração sexual.

Denuncie!

As denúncias contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo devem ser feitas por meio do Disque 100 e do Ligue 180, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Casos também podem ser denunciados ao MPT, pelo site www.mpt.mp.br ou pelo aplicativo MPT Pardal (disponível gratuitamente para Android e iOS).

*com informações da Assessoria de Imprensa do MPT

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 28/07/2020

MAIS DE 250 VAGAS SÃO ABERTAS EM TODO BRASIL, MESMO DURANTE A PANDEMIA

Assessoria de Comunicação

Empresas que seguem contratando por todo o país mesmo diante a pandemia

Mesmo com as incertezas que a pandemia trouxe para o mercado de trabalho, ele não parou. Muitas empresas, que seguem com diversas oportunidades de emprego, mudaram a forma de conduzir suas contratações, realizando o processo seletivo online, para manter a segurança de todos.

Empregos

Acordo Certo

A Acordo Certo, fintech de soluções com foco no bem-estar financeiro do consumidor, está com 6 vagas abertas para as seguintes posições: Desenvolvedor FullStack Sr, Desenvolvedor Java Sr, Analista/Desenvolvedor QA PI, Especialista de CRO, Analista de BI e Engenheiro de Dados Jr.

Para se inscrever basta enviar um e-mail para talentos@acordocerto.com.br

Bitfy

A Bitfy é a primeira carteira multiuso e sem custódia de bitcoins da América Latina. A startup está com 5 vagas abertas para as seguintes posições: Desenvolvedor React Native, Analista Sênior de Infraestrutura AWS, UX/UI Designer, Atendimento e Suporte. Para se candidatar basta enviar currículo com perfil do LinkedIn e pretensão salarial para vagas@bitfy.app.

Coalize

A Coalize, solução tecnológica que auxilia o RH das empresas, está com uma vaga aberta para Full Stack Developer. É importante possuir experiência em Front-end e Mobile (react). Para informações sobre a vaga, os interessados devem entrar em contato pelo e-mail: barbara@coalize.com.br
Consolide

A Consolide, startup de registro de marcas, está com 34 vagas abertas, sendo 28 delas para vendedor interno, em Araranguá (SC). A empresa também está contratando Coordenador de Inside Sales, Coordenador de Outbound, Estagiário de Engenharia da Computação, Estagiário de Suporte Técnico e Tester de Software. Há também uma vaga de Redator/Copywriter para trabalho home office. Os interessados podem se candidatar no link: <https://consolide.gupy.io/>

Credoro

A Credoro, fintech de empréstimo pessoal, está em busca de profissionais que possam trabalhar home office. As vagas são para Chief Technology (CTO) e Backend Developer. Os interessados podem realizar a candidatura no link: <https://talent.recrutei.com.br/grupo-de-oportunidades/register>

EF English Live

A EF English Live, maior escola online do mundo, está com 20 vagas abertas para contratação na equipe de Vendas e Pós-Vendas. Todo o processo seletivo, incluindo testes, dinâmicas e processo seletivo será realizado de forma remota. Por se tratar de uma escola online, a empresa já utilizava os recursos digitais durante suas seleções, mas o uso da tecnologia foi intensificado com a pandemia do coronavírus. Todo treinamento e integração inicial também será feito de forma digital. Para se candidatar, basta se inscrever pelo link: <https://portaldevagas.connekt.com.br/englishlive> .

Fastcash

A Fastcash, um meio de pagamento em dinheiro online, que converte dinheiro físico em digital está com 16 vagas abertas para as seguintes posições:

Remote Fullstack Developer (Trabalho remoto), Senior Developer C# ASP.Net, Head of Tech Support, Technical Product Manager, Lider de integração API/SAAS, Payments Product Owner, Head Of Digital Marketing, Technical Customer Success Manager, Analista UX/UI.

<https://www.linkedin.com/company/fastcash/jobs/>

Leoa

A Leoa, plataforma gratuita para assistência na declaração do Imposto de Renda, está com vagas abertas para Estagiário em Contabilidade, Contador, Analista de Suporte, Senior Customer Success, Senior Back-end Developer, Senior Front-end Developer, Gerente de Marketing e Redator Sênior. Os interessados devem se inscrever no site da empresa: <https://www.leoa.com.br/carreiras>

Mycon

O Mycon, primeira fintech de consórcios que funciona sem vendedores humanos e que tem a menor taxa do mercado, está mais com de 60 vagas abertas para diversos setores, entre eles áreas como: Customer Success, SDR / Inside Sales, Especialista em A.I., Full Stack Developer, Full Mobile Developer, Especialista em ChatBot, Assistente ADM e RH Pleno. Toda entrevista e contratação está sendo de forma online e os interessados podem se inscrever no link: <https://www.mycon.com.br/vagas>

Provi

A Provi, plataforma que busca viabilizar o acesso à educação e especialização em diversos mercados está com vagas abertas para Desenvolvedor Backend, Data Hacker, Analista de QA e Analista Jr de Customer Experience. Única em seu segmento na lista de Edtechs mais inovadoras da América Latina, a Provi se preocupa em construir uma empresa com um ambiente leve e busca por pessoas apaixonadas por inovação, que não têm medo de tomar decisões difíceis e com vontade de mudar a educação do Brasil. Para saber mais, acesse a página de vagas da Provi em: <https://medium.com/provi/vagas/home>

Sanar

A Sanar, medtech detentora da maior plataforma de educação médica do país, está com 12 vagas abertas nas áreas de Engenharia de Software, Financeiro, Marketing, Produtos e Saúde e Sucesso do Cliente (o setor é responsável por identificar o comportamento dos alunos na plataforma de cursos online). Para se candidatar e obter mais informações acesse: <https://jobs.kenoby.com/sanar>

Sinqia

A Sinqia, empresa líder em tecnologia para o mercado financeiro, está em busca de 112 profissionais de diversas áreas de atuação, para contratação imediata nas cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). As vagas disponíveis são nas áreas de Business Consulting, Comercial, Controladoria, IT Business, IT Software, Marketing e Tesouraria. As inscrições podem ser feitas pelo site <https://jobs.kenoby.com/sinqia>.

A companhia foi certificada pelo Great Place to Work, em 2019, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, e eleita como uma das 100 maiores fintechs do mundo em 2017, 2018 e 2019, pelo IDC.

Fonte : *Portal Porto Gente*

Data : 28/07/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

CONFIANÇA DA CONSTRUÇÃO SOBE 6,6 PONTOS EM JULHO, PARA 83,7 PONTOS, REVELA FGV

Crédito: Elza Fiúza/gência Brasil



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/07/construcao-elza-fiuzza-agencia-brasil-1-768x432.jpg>

Melhora do ICST foi puxada pela redução do pessimismo dos empresários do setor em relação aos próximos meses (Crédito: Elza Fiúza/gência Brasil)

O Índice de Confiança da Construção (ICST) subiu 6,6 pontos em julho, para 83,7 pontos, na série com ajuste sazonal, informou nesta terça-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV). Com o resultado, a média móvel trimestral do indicador avançou para 76,3 pontos, de 70 no período encerrado em junho. Nesta base, é a primeira alta em quatro meses.

A melhora do ICST foi puxada pela redução do pessimismo dos empresários do setor em relação aos próximos meses. O Índice de Expectativas (IE-CST) avançou 8,5 pontos, para 91,7. Com o resultado, o indicador já recuperou cerca de 72% das perdas observadas entre janeiro (104,2) e abril (59,9), quando chegou ao vale no ano.

O principal vetor da melhora partiu do indicador de demanda prevista, que subiu 9 pontos, para 92,1. O componente de tendência dos negócios também teve acréscimo, de 7,9 pontos, e atingiu os 91,1 pontos.

O Índice de Situação Atual (ISA-CST) subiu 4,5 pontos, para 76. O indicador ficou 0,9 ponto acima do observado em julho de 2019, quando estava em 75,1 pontos. O resultado foi puxado pela melhora da percepção da situação atual dos negócios, que avançou 6,2 pontos, para 77,2. O indicador de carteira de contratos subiu 2,8 pontos, para 74,9, mas continua abaixo do nível pré-pandemia.

Setores

Nas aberturas, o setor da construção que mais recuperou as perdas registradas durante a pandemia no ISA foi o de preparação do terreno, que opera em 97,9% do nível observado em fevereiro. Em seguida, vêm as edificações residenciais (93,6%), obras de infraestrutura (90,7%), serviços especializados para construção (87,3%) e edificações não residenciais (85%).

“A atividade da construção deu outro passo em direção à recuperação ao nível pré-pandemia. A confiança cresceu, impulsionada pela retomada das obras e por expectativas mais otimistas em relação à demanda. A percepção em relação ao momento corrente já retornou ao patamar de 2019”, avalia, em nota, a coordenadora de Projetos de Construção da FGV, Ana Maria Castelo. “As expectativas têm avançado e o número de empresas apontando crescimento da demanda dos próximos meses já superou o de empresas assinalando queda.”

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da construção subiu 1,9 ponto porcentual, para 69,9%. Nesta abertura, a maior contribuição partiu da mão de obra, que subiu 2,0 pontos porcentuais, para 71,4%. O NUCI de máquinas e equipamentos ficou estável, de 61,4% para 61,9%.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 28/07/2020

MINISTROS FAZEM SINAL A PROJETOS SUSTENTÁVEIS EM MEIO À CRISE INTERNACIONAL

Com o governo de Jair Bolsonaro cada vez mais cobrado internacionalmente por medidas enfáticas de combate ao desmatamento, os ministros Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) deram acenos ao mercado com projetos ambientalmente sustentáveis nesta terça-feira, durante o Invest in Brasil Infrastructure. O evento online foi promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

No mês passado, uma carta assinada por 29 instituições financeiras que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos foi entregue ao governo Bolsonaro. No documento, os bancos afirmaram que o governo brasileiro precisa frear o desmatamento na Amazônia, sob risco de alimentar “uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil”. Desde então, o Planalto começou a se movimentar para tentar mudar essa imagem.

No painel de cada um dos ministros a questão ambiental ganhou destaque. Segundo Freitas, os projetos da sua pasta serão “exemplo de sustentabilidade” e vão colaborar com a descarbonização da matriz de transporte. “Teremos projetos licenciáveis e mais do que isso, teremos projetos que trarão resultados efetivos no ponto de vista da sustentabilidade. Vamos provar que é possível fazer a provisão da infraestrutura, aliando à preservação do meio ambiente. Teremos os projetos mais sustentáveis do planeta”, disse o ministro.

Já Rogério Marinho afirmou que sua equipe está tratando com a CBI (Climate Bonds Initiative) para que toda a cadeia de projetos da pasta tenha certificado ambiental. “Dessa forma, iremos permitir que os investidores possam lançar títulos verdes”, disse.

De acordo com Marinho, uma matriz energética mais limpa ganhará cada vez mais destaque no “novo normal” após a pandemia. “A gente tem noção de que essa reconstrução mundial se dará com uma nova matriz energética e com uma nova responsabilidade em relação às aplicações de fundos privados”, disse.

Marinho destacou que hoje há uma liquidez grande no mercado, mas também há forte preocupação para que os recursos sejam aplicados em projetos com previsibilidade, segurança jurídica e desenvolvimento sustentável.

Depois da fala dos ministros, o gerente de Investimentos na Apex-Brasil, Roberto Escoto, que estava moderando os painéis, enfatizou a importância da sustentabilidade no setor e chamou a atenção dos investidores para o tema.

Infraestrutura

No evento, Freitas defendeu que o investidor internacional vai entrar no Brasil, mesmo com toda a crise global atual. “Muita gente pergunta. E a crise? O investidor vai entrar no Brasil? Eu não acho. Tenho certeza”, disse.

Para justificar o apetite do investidor no País, Freitas disse que o País conseguiu manter intacto seus contratos mesmo diante da crise do covid-19. “Não rasgamos contratos”, disse. Ele emendou: “o Brasil foi um dos primeiros a definir que a pandemia se enquadra como força maior”, disse.

Sobre projetos, Freitas voltou a reforçar o calendário de leilões do governo, com destaque para a consulta pública de desestatização do porto de Vitória (ES), que deve ser publicada em breve, além da relicitação da Dutra, principal ligação rodoviária entre Rio de Janeiro e São Paulo, cujo contrato atual, com a CCR, se encerra no fim de fevereiro do ano que vem.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 28/07/2020



EXTRA ONLINE

DEMANDA POR TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS NO BRASIL AVANÇA PELA 5ª SEMANA SEGUIDA

Por Gabriel Araujo

SÃO PAULO (Reuters) - A demanda por transportes rodoviários de cargas no Brasil voltou a melhorar, engatando a quinta semana consecutiva de resultados positivos, indicou pesquisa divulgada nesta terça-feira pela NTC&Logística.

De acordo com o levantamento da associação de empresas do setor, a demanda registrava ao final da semana passada (de 20 a 26 de julho) uma queda de 22,91% em relação aos níveis anteriores à pandemia de coronavírus, melhora de cerca de 2 pontos percentuais na comparação com a sondagem anterior.

Na semana de 13 a 19 de julho, o índice já havia registrado o melhor desempenho desde o início das pesquisas, em meados de março, quando os impactos econômicos da pandemia de coronavírus começaram a se aprofundar no Brasil.

Os resultados têm sido impulsionados pela flexibilização recente das medidas de isolamento social e pela reabertura do comércio no país.

No auge das medidas restritivas, em abril, a variação negativa da demanda por transportes rodoviários de cargas chegou a 45,2%, ainda em comparação com os níveis anteriores à crise sanitária.

Na semana passada, o técnico responsável pela pesquisa, Lauro Valdivia, disse à Reuters que ainda vê espaço para recuperação, mas destacou que os últimos 10 ou 15 pontos percentuais para uma retomada total podem demorar entre seis meses e um ano para ser recuperados.

Segundo a pesquisa da NTC&Logística, as cargas fracionadas, que contêm pequenos volumes, registravam queda de 17,92% na demanda ao final da última semana, praticamente em linha com o nível verificado na semana anterior.

Já as cargas lotação, que ocupam toda a capacidade dos veículos e costumam ser usadas nas áreas industriais e agrícolas, tiveram melhora de 3,6 pontos, atingindo variação negativa de 25,57% em relação ao pré-pandemia.

Ainda de acordo com o levantamento, o percentual de empresas do setor que registram queda no faturamento atingiu 77% na semana passada. O índice chegou a 94% em meados de maio.

Fonte : Extra Online

Data : 28/07/2020

COM ATRASO, COLHEITA DE MILHO 2ª SAFRA NO PARANÁ ATINGE 26% DA ÁREA

Por Nayara Figueiredo

SÃO PAULO (Reuters) - A colheita de milho segunda safra do Paraná alcançou 26% da área estimada, avanço de nove pontos percentuais em relação à semana passada, mas segue atrasada quando comparada ao desempenho de temporadas anteriores neste período, conforme dados do Departamento de Economia Rural (Deral) divulgados nesta terça-feira.

Em 2019, os trabalhos estavam mais adiantados que a média e, nesta época, a colheita da safrinha atingia 65% das lavouras.

Mas mesmo em 2018, quando o calendário de plantio se assemelhou ao da safra atual, as colheitadeiras já haviam passado por 31% das áreas cultivadas com o cereal no Estado.

Segundo o Deral, 45% das lavouras de milho são consideradas boas e 38% estão em condição média.

Na semana passada, o Deral informou que o Paraná havia concluído o plantio de trigo.

As condições das lavouras de trigo permaneceram praticamente estáveis, com 89% classificadas como boas. A maior parte das áreas está em desenvolvimento vegetativo (48%), seguidas pelas

Fonte : Extra Online

Data : 28/07/2020

É IMPOSSÍVEL FALAR EM IMPACTO SETORIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DIZ ASSESSORA DE GUEDES

Por Gabriel Ponte; Edição de Isabel Versiani

BRASÍLIA (Reuters) - A assessora especial do Ministério da Economia, Vanessa Canado, afirmou nesta terça-feira que em todos os setores da economia haverá ganhadores, perdedores e segmentos que não serão afetados pela proposta do governo de criação de um imposto sobre valor agregado.

"É absolutamente impossível falar em impacto setorial", afirmou Canado em videoconferência promovida pelo BTG Pactual Digital.

"As variáveis que influenciam na organização da atividade de cada empresa ela não são necessariamente setoriais. Dependendo do setor de serviços, se ele compra mais equipamento, como uma academia de ginástica, ele está pagando muito mais IPI, ICMS, PIS/Cofins, porque ele compra bens, do que talvez quem esteja comprando um serviço de advocacia", exemplificou.

Na semana passada, o governo encaminhou ao Congresso uma primeira etapa de sua reforma tributária, propondo a unificação do PIS e Cofins em um único imposto sobre valor agregado (com incidência não cumulativa), a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%.

O setor de serviços tem argumentado que seria prejudicado com a mudança pelo fato de a alíquota representar um aumento da sua carga atual e porque as empresas do setor teriam uma menor possibilidade de abater impostos pagos em fases anteriores da cadeia, já que não têm muitas etapas de produção.

"Eu não acho que o impacto é maior necessariamente no setor de serviços, mas ainda que a gente tenha um maior impacto, a verdade é que a gente precisa discutir, mais democraticamente, porque que a gente tem que pagar mais impostos, por exemplo, em móveis, em sapatos, televisão, geladeira, do que no serviço de advocacia?", argumentou Canado.

Ela afirmou que hoje, 60% das empresas de serviços encontram-se no Simples Nacional, que não será afetado pela criação da CBS.

"Não houve ajuste de alíquota comum para todas as demais empresas e elas, quando estão no meio da cadeia, vão transferir crédito proporcional ao que elas pagam hoje de PIS/Cofins. Então, a gente tem uma neutralidade no Simples Nacional."

Já as maioria das restantes, de acordo com Canado, são interconectadas na economia, não tendo mais ônus de imposto. "Essa neutralidade de quem está no meio da cadeia vai beneficiar muito o setor de serviços."

A assessora acrescentou que, como a alíquota de 12% é uma alíquota de equilíbrio para assegurar a mesma arrecadação que o governo tem hoje com os dois tributos que seriam unificados, necessariamente alguns bens e serviços passarão a ter uma carga maior.

Fonte : Extra Online

Data : 28/07/2020



CINCO TERMINAIS PESQUEIROS SÃO QUALIFICADOS NO PPI PARA DESESTATIZAÇÃO

A decisão atende a recomendação do conselho do programa



https://s2.glbimg.com/uO89I2Vbrbu5P6IR5k4Y6KzCeNI=/620x430/e.glbimg.com/og/ed/f/original/2020/01/14/mcmgo_bolsonaro_defesa_070120img_17435286.jpg

O presidente Jair Bolsonaro (Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O presidente Jair Bolsonaro editou decreto que qualifica no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência (PPI) cinco terminais pesqueiros "para fins de desestatização". A decisão atende a recomendação do conselho do programa.

Pelo ato, foram qualificados os terminais de Natal, Aracaju, Vitória, Santos (SP) e Cananeia (SP). "Fica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento responsável por promover e acompanhar os procedimentos licitatórios das desestatizações", estabelece o decreto, que está publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte : Epoca Negócios

Data : 28/07/2020

INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS REGISTRA MENOR RESULTADO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DESDE 2015

Foram US\$ 25,4 bilhões entre janeiro e junho. No mês passado, ingresso de recursos foi de US\$ 4,8 bi, superando expectativa do Banco Central

BRASÍLIA — Com o ingresso de US\$ 4,8 bilhões em junho, o Investimento Direto no País (IDP) fechou o semestre em US\$ 25,4 bilhões, a menor entrada para o período desde 2015, quando o IDP foi de US\$ 25,3 bilhões. As incertezas econômicas causadas pela crise do coronavírus levaram a uma forte retração de investimentos em países emergentes como o Brasil. A estatística foi divulgada pelo Banco Central (BC) nesta terça-feira.

Em momentos de crise, investidores tendem a adiar investimentos ou redirecionar recursos para ativos mais seguros, por exemplo, em países que oferecem menos incertezas e riscos.

Apesar da queda brusca em relação aos anos anteriores, o IDP vem subindo desde que registrou, em abril, o pior resultado em 25 anos. O ingresso de US\$ 4,8 bilhões em junho superou a expectativa do BC que era de US\$ 3,5 bilhões. Para julho, o Banco Central espera ingresso líquido de US\$ 2 bilhões.

Nos últimos doze meses, o IDP registrou ingresso de US\$ 71,7 bilhões (4,41% do PIB) resultado superior aos US\$ 67,5 bilhões (4,05% do PIB) no mês anterior.

Mercado

Depois quatro meses seguidos de saídas líquidas, o mercado financeiro registrou um ingresso líquido de US\$ 2,4 bilhões em junho. Foram US\$ 1,9 bilhões em títulos de dívida e US\$ 432 milhões em ações e fundos de investimentos.

No entanto, a conta ainda está negativa. O BC registrou uma saída líquida de US\$ 31,3 bilhões e um ingresso de US\$ 9,1 bilhões.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já relatou em outras ocasiões que essa saída de recursos está ligada a um fenômeno de busca por qualidade dos ativos. Em um momento de crise, os investidores buscam resguardar seu dinheiro em investimento mais seguros, como no dólar, e tiram de lugares com mais risco, como países emergentes.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 28/07/2020



JORNAL O GLOBO – RJ

BRASIL FECHA 1,2 MILHÃO DE VAGAS COM CARTEIRA NO 1º SEMESTRE, MAS DEMISSÕES RECUAM EM JUNHO

É o pior resultado para período de seis meses desde 1992. Corte de 10,9 mil de postos de trabalho em junho foi menor os 350 mil registrados em maio

Por Marcello Corrêa

BRASÍLIA — O Brasil fechou 1,198 milhão de postos de trabalho formais no primeiro semestre, segundo dados divulgados nesta terça-feira pelo Ministério da Economia. O resultado é o pior para o período desde 1992, início da série.

— É o maior número de fechamento de posições desde o início da série lá em 1992. E é natural que isso aconteça também. É a maior crise da história do país, com os respectivos impactos em termos de mercado de trabalho — disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo

Apesar do recorde de demissões no acumulado do ano, os números de junho indicam recuperação. No mês passado, o saldo entre contratações e demissões ficou negativo em 10.984, queda de 96,8% em relação ao registrado em maio, quando as dispensas superaram as admissões em mais de 350 mil.

O resultado de junho veio melhor que o esperado pelo mercado, que chegou a prever perdas de mais de 200 mil vagas no mês.

Os dados fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), formado por informações repassadas pelas empresas ao governo. O levantamento contempla apenas vagas com carteira assinada.

Nesta terça-feira, o IBGE anunciou que a divulgação da Pnad Contínua, que também traz dados sobre o mercado informal de trabalho, teve que ser adiada por dificuldade na coleta. O resultado do segundo trimestre seria divulgado amanhã, mas foi adiado para 6 de agosto.

No Caged, o saldo negativo da primeira metade do ano foi formado principalmente entre março e abril, período mais crítico da crise do coronavírus. Esses dois meses respondem por cerca de 98% das perdas de vagas registradas em 2020.

Secretário vê melhora do mercado

Nos últimos meses, o governo e especialistas têm atribuído os resultados melhores que os esperados diante do tamanho da crise à medida provisória (MP) que autorizou acordos de redução de jornada e suspensão de contrato de trabalho.

Desde abril, esses acordos já somam mais de 15 milhões. Em junho, o governo autorizou a prorrogação dos períodos de suspensão de contrato e jornada reduzida. Desde então, 1,5 milhão novas negociações foram firmadas.

— Não podemos comemorar a perda de um emprego sequer, no entanto, comemoramos sim a melhora da economia, a melhora do mercado de trabalho — avaliou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, em coletiva de imprensa.

Um risco apontado por analistas, no entanto, é a possibilidade de que as demissões evitadas nesse período estejam represadas.

Se isso ocorrer, pode haver uma alta nas dispensas após o fim dos acordos, que preveem estabilidade de até oito meses para os trabalhadores afetados e podem ser firmados só até dezembro deste ano.

Questionado sobre a possibilidade de alta do desemprego após um represamento de dispensas, Bianco descartou esse risco.

Para o secretário, a combinação entre medidas já adotadas e ações de geração de vagas que serão anunciadas pelo governo — como a redução de encargos trabalhistas — devem sustentar o mercado de trabalho no pós-pandemia.

— Nós não estamos parados. Ainda que estejamos dia e noite focados no benefício emergencial, estamos trabalhando com várias frentes. Uma frente trata de geração de emprego — afirmou Bianco.

Serviços são mais afetados

Considerando o levantamento por área da economia, o setor de serviços ainda é o que mais sofre os efeitos da pandemia. O segmento registrou perda de 44.891 postos de trabalho no mês passado.

Mesmo sendo o mais afetado pela crise, o setor também viu as demissões desacelerarem, já que, em maio, a diferença entre admissões e demissões havia ficado negativa em mais de 140 mil vagas.

No acumulado do ano, só a agricultura registra números positivos, com abertura de 62.633 vagas no período. Todos os outros setores da economia seguem com saldo negativo de postos de trabalho entre janeiro e junho.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

EQUIPE ECONÔMICA QUER ANTECIPAR ENVIO DA SEGUNDA ETAPA DA REFORMA TRIBUTÁRIA AO CONGRESSO

Plano é encaminhar até 15 de agosto solução para setor de serviços e imposto sobre dividendos. Revisão de deduções no IR ficaria para segundo momento

Por Marcello Corrêa



https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24553569-2cb-89f/FT1086A/652/x88898116_Fotos-na-pasta-locais-BrasilBrasiliaPA21-07-2020COVID-19O-ministro-da-Econom.jpg.pagespeed.ic.XI3LQ1PnN-.jpg

Equipe econômica quer entregar segunda parte da reforma tributária ao Congresso até dia 15 de agosto Foto: Jorge William / Agência O Globo

BRASÍLIA — Diante da resistência à primeira parte da reforma tributária apresentada pelo governo — que consiste na unificação de dois impostos federais, PIS e Cofins, com alíquota de 12% —, a equipe econômica planeja antecipar o envio das etapas restantes da proposta ao Congresso até o dia 15 de agosto.

A nova rodada incluiria a desoneração da folha de pagamentos (uma das principais demandas do setor de serviços, o mais afetado pela proposta), e a criação de um imposto sobre pagamentos eletrônicos, que tem como objetivo gerar receita para compensar a desoneração.

Também entraria no pacote a tributação sobre dividendos, que funcionaria como uma contrapartida à redução do Imposto de Renda das empresas, o IRPJ. A proposta do governo é reduzir gradativamente ao longo de sete anos o percentual cobrado, que passaria de 34% para 23%.

O fim das deduções para saúde e educação no Imposto de Renda de pessoas físicas, uma proposta discutida desde o ano passado, também faz parte do pacote tributário, mas pode ficar para depois do dia 15. Os técnicos ainda estudam a forma de ampliar a faixa de isenção do tributo e rever alíquotas, sem comprometer regras fiscais nos próximos anos.

Foco no setor de serviços

O conjunto de propostas que compõem a reforma tributária do governo já era defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, há pelo menos um ano. A ideia de Guedes era enviar tudo de forma “fatiada” ao Congresso.

Segundo um interlocutor do ministro, porém, a formalização de todas as etapas ajudará o governo a apresentar à sociedade e aos setores econômicos afetados uma visão mais global da proposta.

A sinalização de que o pacote será encaminhado de uma vez só nos próximos dias é uma resposta principalmente ao setor de serviços, que argumenta que sua carga tributária pode triplicar com a unificação de PIS e Cofins, batizada pelo governo de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota geral de 12%.

O setor representa cerca de 70% da economia brasileira e foi um dos mais afetados pela crise do novo coronavírus. Ao contrário da indústria, que gera créditos tributários ao longo da cadeia de produção, como a compra de insumos, produção e distribuição, o setor de serviços tem como principal custo a mão de obra.

Dessa forma, argumenta que teria de repassar o aumento ao consumidor. O reajuste em um ano de crise, no qual muitos brasileiros reviram hábitos de consumo durante a pandemia, seria mais difícil.

Em alguns segmentos, como saúde e educação, a alíquota efetiva salta de 3,65% para mais de 9%. A alíquota de 12% é a proposta geral do governo, mas o valor efetivamente desembolsado varia de acordo com cada segmento.

Em encontro realizado com Guedes, representantes do setor cobraram uma solução para a desoneração da folha de pagamento.

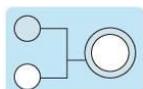
Para preservar empregos no momento que o país deve enfrentar a maior recessão em 120 anos, parlamentares incluíram na medida provisória (MP) 936, que trata da suspensão temporária do acordo de trabalho e da redução de jornada e salário, a prorrogação da desoneração até o fim de 2021 para 17 setores que são intensivos em mão de obra.

A medida, porém, foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro e aguarda a análise do Congresso, que poderia derrubar ou apoiar o veto.

Vínculo com renda Brasil

Projeto fatiado

1º etapa (já enviada)



Unificação do PIS + Cofins= CBS com alíquota de 12%

Próximas etapas

(unificadas no pacote até 15 de agosto)



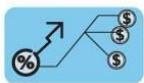
Criação do imposto sobre transações eletrônicas



Desoneração da folha de pagamentos



Redução do IR de empresas

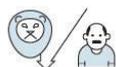


Tributação de dividendos



Imposto do pecado - simplificação do IPI com aumento de alíquota para bebidas e cigarros

O que pode ficar para depois



Revisão de deduções no IR de pessoas físicas

O GLOBO

Na avaliação de um assessor próximo a Guedes, a estratégia não significaria uma mudança de rumo em relação ao plano original, porque a reforma continuará a ser votada de forma fatiada, de acordo com o ritmo do Congresso.

O plano da equipe econômica inclui ainda o envio do projeto para criar o Renda Brasil, que deve substituir o Bolsa Família e ser construído a partir da unificação de programas. A estratégia é reforçar que a reforma tributária também é voltada para financiar o novo programa social.

Além da solução para a desoneração da folha, o time de Guedes planeja incluir no próximo pacote tributário a reformulação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para criar o chamado "imposto do pecado", tributo cujo principal objetivo seria regular o uso de artigos como cigarro e açúcar.

<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24554242-79b-7ca/FT450A/x2807-OG-proposta-governo-web.jpg.pagespeed.ic.KDUwS1TIXp.jpg>

. Foto: Criação O Globo

De acordo com um interlocutor de Guedes, ainda não se sabe exatamente como seria o modelo de desoneração proposto agora pelo governo, porque o desenho depende do tamanho da alíquota do novo imposto sobre pagamentos eletrônicos.

Historicamente, discussões sobre reforma tributária no país levam tempo e exigem capital político do governo. Entidades que representam os setores afetados já afirmaram que o fim da desoneração pode custar um milhão de empregos ao país.

Para acabar com as contribuições que incidem sobre todos os salários, o novo tributo precisaria ter uma alíquota muito alta, o que deve dificultar a negociação política. Por isso, está em estudo reduzir os encargos sobre faixas salariais específicas. Uma das ideias à mesa é desonerar apenas os contratos de trabalho com renda de até 1,5 salário mínimo.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

BNDES DECIDE VENDER FATIA NA AES TIETÊ, E AÇÕES DA EMPRESA DESABAM NA BOLSA

Banco vai se desfazer de fatia de 19% na companhia por R\$ 1,2 bilhão para a holding do grupo, que ganhou disputa com Eneva

Por Gabriel Martins

RIO — A AES Tietê informou ao mercado, na manhã desta terça-feira, que o BNDES vai vender parte de sua fatia na empresa para o seu acionista controlador, a AES Holdings. Depois da divulgação do negócio, as ações da AES Tietê passaram a operar com forte queda na B3. Por volta das 15h, os papéis despencavam 6,91% na Bolsa de São Paulo. A perda chegou aos 10%, mais cedo.

O BNDES vai vender uma participação de 19% na empresa do setor elétrico por R\$ 1,27 bilhão. Após a concretização do negócio, o banco ainda vai manter 9% das ações na companhia.

Como parte da proposta, a holding vai migrar as ações da AES Tietê para o Novo Mercado da B3, nível mais alto de Governança Corporativa.

As ações do BNDES na empresa também eram disputadas pela Eneva. No início da semana, a empresa chegou a aumentar sua proposta para se tornar detentora da participação do banco na AES Tietê. O valor ofertado pelos papéis subiu de R\$ 727,9 milhões para R\$ 1,99 bilhão. Mas o BNDES acabou optando pela oferta da AES Holding.

— A proposta da Eneva era mais ambiciosa, de combinar os negócios dela com a AES Tietê e criar o segundo maior grupo privado de geração de energia. Com a venda da parte do BNDES para a AES Holding, essa possibilidade se encerrou, o que mexe com os mercados — destaca Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

Ele relembra que desde a última quinta, quando a Eneva atualizou sua proposta junto ao BNDES, as ações da AES Tietê vêm oscilando de forma intensa:

— Com a confirmação da venda, chega ao fim o movimento cíclico de altas e baixas das ações, que começou na quinta-feira passada.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

INVESTIMENTO DIRETO NO PAÍS REGISTRA MENOR RESULTADO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DESDE 2015

Foram US\$ 25,4 bilhões entre janeiro e junho. No mês passado, ingresso de recursos foi de US\$ 4,8 bi, superando expectativa do Banco Central

Por Gabriel Shinohara



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24535181-940-fb3/FT1086A/652/xchinaeconomiaexportacaoreuters.jpg.pagespeed.ic.KQDyGIXoNx.jpg>

Os investimentos diretos no país vem aumentando desde o pior resultado em 25 anos registrado em abril Foto: Reuters

BRASÍLIA — Com o ingresso de US\$ 4,8 bilhões em junho, o Investimento Direto no País (IDP) fechou o semestre em US\$ 25,4 bilhões, a menor entrada para o período desde 2015, quando o IDP foi de US\$ 25,3

bilhões. As incertezas econômicas causadas pela crise do coronavírus levaram a um forte retração de investimentos em países emergentes como o Brasil. A estatística foi divulgada pelo Banco Central (BC) nesta terça-feira.

Em momentos de crise, investidores tendem a adiar investimentos ou redirecionar recursos para ativos mais seguros, por exemplo, em países que oferecem menos incertezas e riscos.

Apesar da queda brusca em relação aos anos anteriores, o IDP vem subindo desde que registrou, em abril, o pior resultado em 25 anos. O ingresso de US\$ 4,8 bilhões em junho superou a expectativa do BC que era de US\$ 3,5 bilhões. Para julho, o Banco Central espera ingresso líquido de US\$ 2 bilhões.

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, afirmou que “aparentemente” há uma trajetória de recuperação gradual no investimento direto no país. No entanto, ele ressalta que o processo pode ser longo.

—A gente vai ver uma redução se a nossa estimativa estiver correta. Uma redução de junho para julho, voltando mais ou menos ao patamar que ocorreu em maio, mostrando que esse processo deve levar mais tempo.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, avalia que o resultado do mês surpreendeu positivamente. Segundo Sanchez, a surpresa nesse aspecto pode ser explicado pelo câmbio alto, que faz com que investimentos no Brasil fiquem mais baratos, e pela melhora na perspectiva brasileira.

— O fator preponderante é uma melhora na perspectiva tanto brasileira quanto de risco global, porque o apetite de risco por (países) avançados já praticamente está recomposto e por (países) emergentes vêm se recompondo gradativamente. Há uma perspectiva de melhora nesse aspecto, mas o câmbio é algo que também favorece.

Nos últimos doze meses, o IDP registrou ingresso de US\$ 71,7 bilhões (4,41% do PIB) resultado superior aos US\$ 67,5 bilhões (4,05% do PIB) no mês anterior.

Mercado

Depois quatro meses seguidos de mais recursos saindo do que entrando, o mercado financeiro registrou um ingresso líquido de US\$ 2,4 bilhões em junho. Foram US\$ 1,9 bilhões em títulos de dívida e US\$ 432 milhões em ações e fundos de investimentos.

Fernando Rocha avalia que o resultado positivo do mês, assim como o do IDP, pode indicar uma trajetória de recuperação.

— Com ingressos líquidos de US\$ 2,4 bilhões também possivelmente indica uma recuperação gradual ou uma redução das incertezas, ou indícios de retorno de fluxos da normalidade, e nós vimos esses ingressos nas duas modalidades, em ações e títulos.

No entanto, a conta ainda está negativa. O BC registrou uma saída líquida de US\$ 31,3 bilhões, a maior desde o início da série histórica em 1995. Rocha ressalta que a maior parte desses recursos foram retirados do país em março.

— Dois terços das saídas aconteceram em um mês único. Essa saída está muito relacionada às incertezas daquele momento do momento mais agudo da crise. Os indicadores de incerteza subiram bastante e nesse caso é muito comum, principalmente para quem tem mercado financeiro grande como o Brasil, que se veja uma retirada dos recursos com os investidores estrangeiros.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, já relatou em outras ocasiões que essa saída de recursos está ligada a um fenômeno de busca por qualidade dos ativos. Em um momento de crise, os investidores buscam resguardar seu dinheiro em investimento mais seguros, como no dólar, e tiram de lugares com mais risco, como países emergentes.

Contas externas

Pelo terceiro mês seguido, as contas externas de junho fecharam em superávit. O resultado de US\$ 1,3 bilhão positivo aconteceu principalmente devido a redução no déficit em serviços e o aumento de US\$ 2,2 bilhões no superávit da balança comercial.

Com esses sucessivos resultados positivos, as contas externas concluíram o semestre com déficit de US\$ 9,7 bilhões, mais da metade do déficit de US\$ 21 bilhões registrados no mesmo período de 2019.

O economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, avalia que os superávits podem auxiliar na atração de investimentos para o país. Agostini explica que um saldo mais positivo transmite para os investidores internacionais que o nível de risco melhorou.

— É como você ter um cheque especial de R\$ 10 mil. Se você tá usando R\$ 10 mil todo mês e chegou em um ciclo que você começou a utilizar apenas R\$ 2 mil, o banco te enxerga com outros olhos

As transações correntes das contas externas são resultado da balança comercial, da balança de serviços e pelas rendas, como remessas de juros, lucros e dividendos.

Com uma desaceleração no comércio mundial, o Brasil tem reduzido mais as importações do que as exportações.

Em junho, as importações caíram 19,1% na comparação com o mesmo mês de 2019, enquanto as exportações recuaram apenas 2,3%. A maior entrada de recursos e saídas menores contribuem para a redução do déficit.

O economista-chefe da Ativa Investimentos explica que também há um efeito do patamar alto do dólar nos últimos meses.

— O dólar favorece a vender ou pelo menos sustentar a venda, porque a gente não está tendo uma "superexportação". Estamos tendo uma sustentação relativa das exportações, agora, na importação fica muito mais caro trazer o produto. Ainda com a fraqueza da atividade, sem a necessidade de renovação dos estoques, a gente acaba vendo as importações cedendo um pouco.

Outro fator que contribui é a diminuição no turismo mundial. O Brasil tradicionalmente tem déficit nas contas de viagens, com brasileiros gastando mais no exterior do que estrangeiros no país.

Nos meses da pandemia, essa diferença tem pesado menos. Na comparação interanual de junho, as receitas caíram 55,3% (de US\$ 374 milhões para US\$ 38 milhões) enquanto as despesas reduziram 84,3% (de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 239 milhões).

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

BOLSONARO E GUEDES BUSCAM EXECUTIVOS DE MERCADO PARA PRESIDÊNCIA DO BANCO DO BRASIL

Salário de R\$ 68,8 mil, mais baixo que na iniciativa privada, limita opções. Entre novos cotados estão o ex-Santander Conrado Engel e o ex-Barinsul Mateus Bandeira

Por Geralda Doca

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, estiveram reunidos na tarde de segunda-feira para discutir a sucessão no Banco do Brasil e chegaram a um consenso: seria dada prioridade a um executivo do mercado e, caso ninguém aceitasse o convite, o plano B seria uma solução interna.

Segundo técnicos do governo, alguns executivos foram sondados e recusaram o convite por conta do salário. Como diretor de banco ou instituições privadas, eles ganham mais do que na presidência do BB, que tem salário fixo na casa dos R\$ 68,8 mil, mais uma parte variável que pode dobrar o vencimento mensal.

Ao longo do dia também surgiram novos cotados para a função. O economista Mateus Bandeira foi um dos nomes cogitados para substituir Rubem Novaes, que entregou sua carta de demissão na sexta-feira.

Bandeira foi candidato ao governo do Rio Grande do Sul pelo partido Novo. Ex-presidente do Banrisul, é visto como “alinhado” a Bolsonaro

Também foi cogitado Conrado Engel, atual conselheiro da gestora General Atlantic e com passagem pelos bancos HSBC e Santander.

No fim de semana, os nomes cotados faziam parte da atual direção do BB. Entre eles, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, vice-presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores; Mauro Ribeiro Neto, vice-presidente corporativo; e o presidente do conselho de administração do banco, Hélio Magalhães.

O pedido de demissão de Novaes foi informado ao mercado no início da noite da sexta-feira passada, por meio de fato relevante da instituição junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM, que regula o mercado de capitais brasileiro). No comunicado, o BB informou que a substituição ocorrerá em agosto.

Novaes deixa o cargo sem conseguir privatizar o banco, seu principal desejo. E também em meio a uma cobrança de Bolsonaro por uma atuação mais incisiva do Banco do Brasil, especialmente na redução de juros.

O presidente tem comparado a situação do BB com a Caixa, que efetuou uma série de cortes de juros nos últimos meses e tem servido de vitrine para ações do governo federal.

Em sua defesa, Novaes lembrava que o BB é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas em Bolsa. Ele deve ser nomeado assessor especial de Guedes, mas passará a despachar do Rio.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

PETROBRAS INICIA PROCESSO DE VENDA DE CAMPO DE PETRÓLEO NA COLÔMBIA

Estatal já está se desfazendo de redes de postos desde março deste ano

Por Bruno Rosa

RIO - A Petrobras iniciou o processo de venda de sua participação em um bloco exploratório na Colômbia. A área, chamada de Tayrona, está localizado na Bacia de Guajira, no litorall do país vizinho. De acordo com fontes, a Ecopetrol é a principal candidata à compra.

O Bloco Tayrona está localizado no litoral nordeste da Colômbia, em águas profundas da Bacia de Guajira. A Petrobras, que é operadora da área, detém 44,44% de participação na concessão por meio da sua afiliada PIB-BV, em consórcio com a Ecopetrol, que detém os demais 55,56% de participação.

A Ecopetrol poderá exercer o direito de preferência, conforme previsto em acordo, disse a estatal em fato relevante.

"A concessão encontra-se na fase Programa Exploratório Posterior 1 e tem reduzido compromisso exploratório a ser cumprido, com potencial para comprovar volumes significativos de gás e

estabelecer posição em uma área de nova fronteira. A área apresenta similaridade com descobertas nas margens do Atlântico Sul e Caribe", disse a estatal em nota.

A estatal também está atualmente em processo de venda, desde março deste ano, de outros ativos na Colômbia, como sua rede de postos. Segundo a estatal, são 124 estações de serviços, sete terminais de logística e 124 postos em diferentes cidades. Em 2019, a geração de caixa operacional foi de US\$ 7,1 milhões.

A estatal também realizou nesta segunda-feira o pré-pagamento parcial de suas linhas de crédito compromissadas, no montante de US\$ 3,5 bilhões. "Esses recursos ficarão disponíveis para novos saques, em caso de necessidade", informou a empresa.

Em nota, Andrea Almeida, diretora-executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores da Petrobras, disse que o saque total é de US\$ 8 bilhões "As linhas de crédito compromissadas foram importante para esse momento de maior volatilidade", comentou ela.

A estatal também está vendendo sua participação de 51% na TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil), dona do Gasbol, o Gasoduto Bolívia-Brasil.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

MINISTROS PRESSIONAM EQUIPE ECONÔMICA A AUMENTAR GASTOS, QUE SÓ PODERÃO CRESCER R\$ 31 BI EM 2021

Governo federal terá que cortar investimentos e custos de manutenção da máquina pública para cumprir o teto

Por Manoel Ventura

BRASÍLIA - A regra do teto de gastos passará por um teste inédito em 2021. O limite de despesas do governo federal vai crescer apenas R\$ 31 bilhões no próximo ano, no menor valor desde que a norma que restringe o aumento dos gastos à inflação foi criada, em 2016. Isso deve obrigar a equipe econômica a comprimir ainda mais as despesas com manutenção da máquina pública e, principalmente, com investimentos.

O valor baixo para o próximo ano tem incomodado integrantes da Esplanada dos Ministérios, segundo relatos. Ministros de diversas áreas têm encaminhado pedidos ao Ministério da Economia para aumentar a previsão de gastos para 2021.

É esse tipo de despesa que geralmente deixa a marca de um gestor público, como a construção de rodovias e os programas de governo.

Ministros militares e Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, buscam formas de driblar o teto e gastar mais com obras neste e no próximo ano. Eles entendem ser necessário um investimento público maior para reaquecer a economia e também querem pavimentar a eventual campanha para reeleição do presidente Jair Bolsonaro em 2022.

Para completar, o governo ainda prepara a ampliação do Bolsa Família, por meio do programa Renda Brasil.

Na semana passada, o ministro Braga Netto, da Casa Civil, fez mais uma investida contra o teto, ao tentar fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de burlar a regra para investimentos autorizados em 2020. Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, conseguiu segurar.

Gastos com Previdência

O teto de gastos determina que as despesas federais só podem crescer o equivalente à variação do IPCA calculado para o período de 12 meses encerrado em junho do ano anterior. Em 2021, isso será 2,13%, e o limite de gastos da União subirá para R\$ 1,485 trilhão. Em 2020, é de R\$

1,454 trilhão. As contas estão sendo feitas agora porque o governo enviará em agosto o Orçamento do próximo ano.

Neste ano, as despesas para combater a pandemia são executadas fora do teto de gastos por causa do estado de calamidade pública e do Orçamento de Guerra, aprovados pelo Congresso. Mas essas exceções só valem até 31 de dezembro. Por isso, tudo voltará a ser regido pelo teto em 2021.

Integrantes da equipe econômica refutam alterações no teto por entenderem que ele é fundamental para manter a credibilidade do país. Ele foi aprovado em 2016, durante a gestão Michel Temer. É hoje a principal âncora fiscal do país e foi adotada de maneira a sinalizar ao mercado um compromisso gradual e de longo prazo com o ajuste nas contas públicas.

— Romper ou não o teto vai depender do Executivo fazer o ajuste. Para o ano que vem, tem uma pressão grande, um risco elevado de descumprir. Há margem para manobrar e cumprir, mas vai continuar reduzindo os investimentos. Os investimentos têm sido a variável de ajuste do governo — disse Daniel Couri, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal.

O problema do crescimento do teto em R\$ 31 bilhões em 2021 é que as despesas obrigatórias vão subir mais que isso. O gasto com a Previdência, por exemplo, saltará R\$ 25 bilhões para R\$ 703,3 bilhões. O pagamento de precatórios deve ser R\$ 7 bilhões maior, chegando a R\$ 30,8 bilhões. Só essas duas despesas já consomem o espaço criado para o próximo ano.

Reforma administrativa

Para acomodar essa situação, o governo corta gastos chamados de não obrigatórios, mas que são fundamentais. São investimentos e recursos para a manutenção da máquina pública. Bolsas de estudos, recursos para universidades, defesa agropecuária e obras são classificados como “não obrigatórios”, por exemplo.

Para Gabriel Leal de Barros, economista do BTG Pactual, não há mágica. É preciso reduzir as principais rubricas do Orçamento federal, como o gasto com pessoal. Por isso, diz ele, a reforma administrativa, engavetada pelo governo, é importante. Ele também cita a revisão de políticas públicas.

— A gente consegue melhorar o desenho sem deixar as pessoas que são mais vulneráveis de fora. Hoje tem muita gente que recebe e não é vulnerável. E tem muita sobreposição de política social no Brasil — afirmou, citando dados do Banco Mundial que apontam, por exemplo, que 38% das famílias que recebem o abono salarial também recebem o salário-família. — Tecnicamente é factível e desejável desenhar uma política social sem que isso piore as contas públicas.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 28/07/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COM QUEDA NAS IMPORTAÇÕES, BRASIL FECHA PELO 3º MÊS SEGUIDO NO AZUL TRANSAÇÕES COM OUTROS PAÍSES

Dados refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que a partir de março se intensificou no Brasil, reduzindo o volume de importações de produtos

Por Fabrício de Castro e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Após o superávit de US\$ 1,326 bilhão em maio, o resultado das transações correntes ficou novamente positivo em junho deste ano, em US\$ 2,235 bilhões, informou nesta terça-feira, 28, o Banco Central. Este foi o terceiro mês consecutivo de superávit em conta corrente.

O resultado das transações correntes, um dos principais sobre o setor externo do país, é formado pela balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), pelos serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e pelas rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/1/1443602692918.jpg>

Exportações

Balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 7 bilhões em junho. Foto: Marcio Fernandes/Estadão

Os dados refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que a partir de março se intensificou no Brasil, reduzindo o volume de importações de produtos. A autarquia projetava para o mês passado superávit de US\$ 2 bilhões na conta corrente.

A balança comercial registrou saldo positivo de US\$ 7 bilhões em junho, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US\$ 1,37 bilhão. A conta de renda primária também ficou deficitária, em US\$ 3,452 bilhões. No caso da conta financeira, o resultado ficou positivo em US\$ 2,42 bilhões.

No acumulado do primeiro semestre, o rombo nas contas externas soma US\$ 9,734 bilhões. A estimativa atual do BC é de déficit em conta corrente de US\$ 13,9 bilhões em 2020.

Nos 12 meses até junho deste ano, o saldo das transações correntes está negativo em US\$ 38,188 bilhões, o que representa 2,35% do Produto Interno Bruto (PIB). Este é o menor percentual desde maio de 2019 (2,32%).

Investimentos estrangeiros

Em um ambiente ainda de incertezas sobre o futuro do Brasil, na esteira da pandemia do novo coronavírus, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US\$ 4,754 bilhões em junho, o maior resultado para meses de junho desde 2018 (US\$ 6,239 bilhões).

No acumulado do primeiro semestre, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo somou US\$ 25,349 bilhões. A estimativa do BC para este ano é de IDP de US\$ 55,0 bilhões.

No acumulado dos 12 meses até junho deste ano, o saldo de investimento estrangeiro ficou em US\$ 71,676 bilhões, o que representa 4,41% do Produto Interno Bruto (PIB).

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 28/07/2020

MAIA DIZ QUE SAÍDA DO MDB E DO DEM DO CENTRÃO NÃO TEM RELAÇÃO COM ELEIÇÃO NA CÂMARA

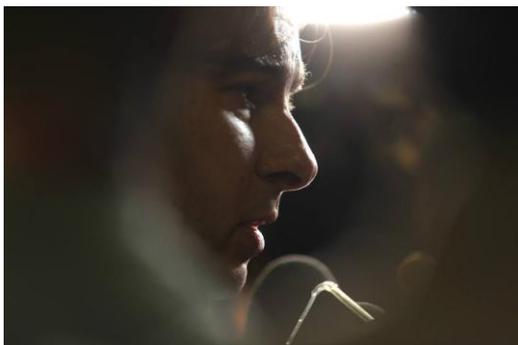
Para o presidente da Casa, a divisão do grupo é 'natural e segue um padrão estabelecido pela prática congressual'

Por Julia Lindner, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Após a saída do MDB e do DEM do chamado Centrão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou, nesta terça-feira, 28, que a divisão do grupo é "natural e segue um padrão estabelecido pela prática congressual". "Nada tem a ver com a eleição para a Mesa Diretora em 2021, para a qual tradicionalmente são formados novos blocos", afirmou Maia em nota.

No texto, o presidente da Câmara buscou afastar a ideia de que o desembarque do DEM e do MDB, antecipado pelo Estadão/Broadcast, esteja ligado a "divergências internas entre as siglas"

ou com o seu processo de sucessão, previsto para o próximo ano. O deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), que comanda o blocão, é pré-candidato à presidência da Câmara e conta com a simpatia do presidente Jair Bolsonaro para assumir o posto.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/1/9/1583545813691.jpg>

*O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Foto: Helvio Romero/Estadão*

"A respeito das afirmações de que a saída do MDB e do DEM do bloco partidário liderado pelo deputado Arthur Lira teria relação com divergências internas entre as siglas ou, ainda, com as eleições para a Mesa Diretora do próximo biênio, julgo importante esclarecer que a formação e desfazimento dos blocos no início de cada sessão legislativa é prática reiterada na Câmara dos Deputados", disse Maia.

Líder dos dois partidos, no entanto, admitem que o afastamento tem como uma das motivações o alinhamento de Lira com o Palácio do Planalto. O alinhamento com Bolsonaro, dando as cartas sobre indicações para cargos no Executivo, acirrou a divisão e reforçou a decisão do desembarque. "Nós temos total independência. Então, não vamos a reboque de ninguém", afirmou ontem o líder do MDB na Casa, Baleia Rossi (SP).

A saída do DEM e do MDB do grupo escancara também a divisão dos partidos da Casa em votações cruciais, como a reforma tributária. Enquanto o Centrão de Lira age para emplacar o projeto do ministro da Economia, Paulo Guedes, Maia e as bancadas do DEM e do MDB patrocinam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada por Rossi.

O mesmo confronto é esperado na sucessão na Mesa Diretora da Câmara, marcada para fevereiro. Maia não apoia Lira e quer fazer seu sucessor, lançando outro candidato com apoio do DEM e do MDB.

"Esse bloco permanece com uma candidatura mais ligada ao Planalto e nós pretendemos ter uma candidatura com um pouco mais de independência, ligada à liderança Rodrigo Maia", afirmou o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB)

Além do DEM e do MDB, o blocão formado ainda em 2019 contava ainda com Progressistas, PL, PSD, Solidariedade, PTB, PROS e Avante, somando 221 deputados federais, o maior da Casa. O grupo foi formalizado para conquistar um maior número de assentos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) - a divisão é feita proporcionalmente ao tamanho dos blocos. Naquele ano, o Centrão teve 18 dos 40 assentos no colegiado mais cobiçado do Congresso.

Somados, os partidos que formavam o grupo vão manter a maioria no colegiado e, neste ano, terão metade das cadeiras da comissão. Isso porque as indicações dos nomes foram feitas em fevereiro e, na prática, a dissolução da aliança em nada altera a distribuição de vagas na CMO.

Segundo Maia, "naturalmente, no início de cada ano os partidos buscam se alinhar às agremiações com as quais possuem maior afinidade para alcançar uma melhor representatividade na CMO". Além disso, destaca que "os blocos formados com esse propósito duram, em geral, até a publicação da composição da CMO e sua instalação".

"Como, em razão da pandemia, as comissões ainda não se reuniram, a existência do bloco acabou se prolongando. Seu desfazimento é natural, segue um padrão estabelecido pela prática congressual e nada tem a ver com a eleição para a Mesa Diretora em 2021, para a qual tradicionalmente são formados novos blocos", afirmou o presidente da Câmara.

**Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 28/07/2020**

MOTIVADAS POR DEMANDA GLOBAL, GESTORAS BRASILEIRAS APOSTAM EM 'FUNDOS VERDES'

Com a maior procura por investimentos em projetos sustentáveis no exterior, administradoras de recursos estão criando produtos voltados para o tema; no País, há apenas três gestoras dedicadas à área

Por Mônica Scaramuzzo, O Estado de S.Paulo

Gestoras de grandes fortunas brasileiras estão ampliando a oferta de fundos voltados à sustentabilidade. Impulsionadas pela maior demanda no mercado global por investimentos em “causas verdes”, administradoras de recursos estão migrando suas carteiras de negócios e estruturando novos produtos direcionados pelos critérios ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). Com cerca de R\$ 30 bilhões sob gestão em fundos verdes, o Brasil ainda engatinha se comparado ao mercado global, que administra quase US\$ 1 trilhão em fundos sustentáveis.

Com os recursos concentrados nas mãos de apenas três gestoras exclusivamente verdes no País (Fama, JGP e Constellation, todas de pequeno e médio portes), grandes instituições financeiras começaram se estruturar, sobretudo por meio de parcerias, para também gerir fundos de recursos associados a projetos ambientais. Entre as grandes casas, estão o BTG Pactual e a XP.

A corretora fundada por Guilherme Benchimol está lançando “um fundo de fundos” de R\$ 100 milhões para estimular gestoras locais a administrar recursos em empresas e em títulos de dívidas verdes. “Queremos atuar como um banco de fomento para desenvolver o mercado de gestoras que seguem critérios ESG”, diz Gustavo Pires, sócio da XP.

A expectativa é de que mais gestoras e instituições financeiras engrossem esse movimento, já nos próximos meses, na medida em que as discussões sobre práticas socioambientais ganhem mais musculatura no Brasil, afirmam gestores e bancos.

Na semana passada, o Santander afirmou que sua gestora de recursos está lançando um fundo ESG, em parceria com a casa de investimentos holandesa Robeco, conhecida por ser ativista em projetos socioambientais. A gestora, que foi uma das casas que cobraram ações concretas do governo sobre desmatamento na Amazônia, tirou a mineradora Vale de seu portfólio.

Pioneira

Com R\$ 2,5 bilhões sob gestão, a Fama é a única das casas de investimento que nasceu 100% com projetos sustentáveis. Fundada em 1993, investe em cerca de 15 empresas listadas na B3, bolsa paulista. “Todas as empresas alvo de investimento seguem propósitos socioambientais”, diz Fabio Alperowitch, um dos fundadores.

“A chegada do debate ambiental é importante e ainda bem que está acontecendo. Esperei 30 anos por isso. Vejo ainda que gestores e empresas ainda tratam o assunto com superficialidade”, afirma Alperowitch. Empresas como Vale e Petrobrás estão fora do portfólio de investimento da gestora.

Na JGP, que foi fundada pelos ex-sócios do BTG Pactual André Jakurski e o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, no fim dos anos 1990, a transição para fundos verdes começou no início do ano passado, após a tragédia ambiental da Vale, em Brumadinho (MG). A gestora, que estava bem posicionada em ações na mineradora brasileira, recebeu pedido de um cliente – o family office SKP, que administra fortuna de famílias alemãs, para migrar os investimentos para os critérios ESG.

Com mais de R\$ 20 bilhões de ativos sob gestão, a JGP anunciou em abril sua migração total para os critérios ESG e lançou em junho um fundo totalmente dedicado a projetos verdes.

Mas, ao contrário da Fama, que não investe em empresas como a Vale e Petrobrás, a JGP mantém essas empresas em seu portfólio porque acredita que os acionistas têm mais poder para

cobrar posturas de seus controladores. “Esse é nosso papel como acionistas de empresas. Temos de provocar o movimento e cobrar”, afirma Márcio Correia, sócio responsável pela área de renda variável da gestora.

Na gestora Costellation, que tem entre seus investidores o bilionário Jorge Paulo Lemann (dono da AmBev e da Kraft Heinz), a força do acionista também pode influenciar nas decisões das empresas que receberam o investimento. Com R\$ 14 bilhões em ativos, a casa de investimentos está no conselho de administração da B3, bolsa paulista, diz o sócio Florian Bartunek.

“As empresas já fazem mais do que a gente imagina. Quando a gente começou a engajar para critérios ESG, ficamos surpresos”, afirma o gestor. Segundo ele, outra preocupação do mercado em investir em fundos com esses critérios é a performance do investimento. “Muitos acham os fundos com esses critérios ESG têm uma performance menor, mas não é assim”, diz Bartunek. “As maiores empresas listadas na Bolsa seguem critérios socioambientais e de governança. A Natura é referência no País em sustentabilidade, mas muitas empresas brasileiras estão seguindo os passos.”

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 28/07/2020

PRESSÃO CONTRA TETO DE GASTOS VIRA GUERRA DENTRO DO GOVERNO E DO CONGRESSO

Manobras para driblar regra fiscal ganham apoio até da equipe econômica e estimulam parlamentares a pedir mais despesas

Por Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A disputa por mudanças no teto de gastos se transformou numa verdadeira guerra dentro do governo. Tentativas de flexibilizar a regra que amarra o crescimento das despesas à variação da inflação têm partido de integrantes do próprio Executivo e servido para encorajar parlamentares e entidades na defesa por mais gastos. Lideranças do Congresso já se articulam para buscar uma alternativa para elevar investimentos em infraestrutura neste e nos próximos anos. Em outra frente, uma coalizão de 230 organizações da sociedade civil se movimenta para derrubar o teto como resposta à pandemia da covid-19.

A investida mais recente para burlar o teto teve o apoio da própria equipe econômica. Com aval do Ministério da Economia, o governo tentou emplacar no Congresso, sem sucesso, um drible na regra fiscal ao propor que parte dos recursos do Fundeb, o fundo para educação básica (que é livre do alcance do teto), fosse redirecionado para o Renda Brasil – novo programa social que o presidente Jair Bolsonaro pretende lançar em agosto em substituição ao Bolsa Família.

Até então, a equipe econômica mostrava coesão em defesa do que é chamado de teto “puro”, a permanência da regra sem alterações como âncora da política econômica para o crescimento e manutenção dos juros baixos pelo Banco Central por um período mais prolongado. O movimento foi observado com atenção pelo mercado financeiro, que vê crescer o risco de mudança de rumos na política fiscal.

Depois da proposta do Fundeb, uma nova tentativa de drible partiu da Junta de Execução Orçamentária (JEO), colegiado responsável por decisões orçamentárias e composto pelos ministros da Casa Civil, Walter Braga Netto, e da Economia, Paulo Guedes. Como revelou o Estadão/Broadcast, a JEO aprovou proposta para que a Casa Civil formulasse uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para deixar de fora do teto R\$ 35 bilhões em investimentos em infraestrutura, sob o argumento de que a medida ajudaria a impulsionar o crescimento no pós-covid. A manobra não enfrentou oposição aberta da área econômica.

Arquitetada pelo ministro do Desenvolvimento Social, Rogério Marinho, a consulta acabou sendo engavetada diante da repercussão negativa. Mas Marinho não desistiu de seu plano de investimentos e tem buscado convencer o mercado financeiro de que a medida é positiva para a economia.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o assunto também tem sido discutido por lideranças que compõem a base aliada do governo Bolsonaro, que defendem viabilizar um “investimento público mais expressivo” para permitir, ao menos, a conclusão de obras em andamento.

Estratégia

Segundo uma liderança envolvida nas articulações, a ideia é aproveitar todos os saldos dos créditos extraordinários (livres do teto) abertos para os gastos da pandemia e direcioná-los para ações ou obras programadas para os próximos dois ou três anos. Os recursos extraordinários precisariam ser empenhados (o empenho é a primeira fase do gasto, quando há o compromisso com a despesa) até 31 de dezembro, e os desembolsos efetivos se dariam posteriormente.

O governo já abriu até agora R\$ 509,6 bilhões em créditos extraordinários para bancar despesas relacionadas à pandemia. Desses, R\$ 284,7 bilhões foram efetivamente pagos. Segundo essa liderança, se 10% a 20% dos recursos da pandemia não forem gastos, “certamente” o Congresso vai propor a utilização desses recursos em investimento público para combater os efeitos sociais e econômicos da crise provocada pelo novo coronavírus.

Já há uma articulação para que a comissão mista especial de acompanhamento da covid-19 cobre do governo informações sobre a utilização dos créditos extraordinários para ter uma ideia de quanto poderia ser realocado.

A interlocutores, o ministro Paulo Guedes tem dito que o teto é uma ferramenta temporária e uma âncora que funciona como uma última defesa psicológica contra o aumento dos gastos. Na sua avaliação, retirá-lo agora, antes das reformas, seria uma “burrice”. Nesse sentido, o ministro e sua equipe consideram que ele é uma espécie de indutor das reformas, antes do seu estouro previsto.

Fundo para multas ambientais

Presidente Bolsonaro editou, em outubro de 2019, uma medida provisória (com vigência imediata) para criar um fundo privado abastecido com receitas obtidas de multas ambientais. A MP acabou perdendo validade antes de votada no Congresso, mas gerou desconforto na equipe econômica e TCU, que viram risco de burla ao teto de gastos.

Capitalização da Emgepron

Governo injetou no fim do ano passado R\$ 7,6 bilhões na estatal da Marinha para a construção de navios, despesa que estaria sujeita ao teto se fosse bancada com recursos do Orçamento. A capitalização de empresas públicas está fora de alcance do limite de despesas.

Recursos do Fundeb para o Renda Brasil

Equipe econômica pediu e Congresso aprovou destinar parte dos recursos do fundo para manutenção da educação básica a ações voltadas à educação infantil, com benefícios que estariam contemplados no Renda Brasil. Os gastos com o Renda Brasil precisarão estar dentro do teto.

Investimentos em infraestrutura

Colegiado formado por Casa Civil e Economia aprovou consulta ao TCU sobre deixar fora do teto investimentos em infraestrutura no pós-pandemia. Consulta foi cancelada após má repercussão, mas Congresso ainda quer direcionar esses recursos para obras

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 28/07/2020

VALOR ECONÔMICO (SP)

AÇÃO DA AES TIETÊ DESABA APÓS BNDES ACEITAR OFERTA DA AES

Com a venda para a AES, o BNDES vai embolsar R\$ 1,27 bilhão e ficar com cerca de 9% da companhia ainda em mãos

Por Valor — São Paulo

As ações da AES Tietê têm forte queda na B3 nesta terça-feira depois que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a oferta da americana AES Corp. pelas ações da AES Tietê, em vez da proposta feita pela Eneva.

AES Tietê recuou 7,95% logo na abertura do pregão e entrou em leilão. Às 15h15, o papel recuava mais de 7%, um dia depois de ter subido cerca de 7%.

Com a aprovação do BNDES, a AES fica com 18,5% dos 28,41% da AES Tietê que o banco de fomento possuía.

Com a venda para a AES, o BNDES vai embolsar R\$ 1,27 bilhão e ficar com cerca de 9% da companhia ainda em mãos. Agora, a AES vai levar a Tietê para o Novo Mercado.

Nesta manhã, a Eneva informou que recebeu hoje comunicação do BNDESPar declinando a proposta da companhia no âmbito do processo competitivo para alienação de sua participação na AES Tietê. Uma primeira proposta da companhia já havia sido recusada em março. Nos últimos dias, a Eneva havia feito uma nova proposta, em que a relação de troca contemplaria um prêmio de 10% sobre o valor de mercado seu e da AES Tietê, com uma parcela em dinheiro de R\$ 727,9 milhões. A oferta não foi bem recebida no BNDESPar. Ontem, a Eneva ampliou seu lance, mas também não teve sucesso.

Em entrevista ao Valor, o diretor de finanças da Eneva, Marcelo Habibe, disse que a companhia não vai à Justiça contra a decisão do BNDES e considerou que a empresa saiu fortalecida da disputa. O executivo reforçou a intenção do grupo de seguir na busca por novos ativos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020

MINISTRO DE INFRAESTRUTURA DIZ QUE HAVERÁ 100 LEILÕES ATÉ FIM DO GOVERNO BOLSONARO

Tarcísio Freitas quis mostrar aos investidores estrangeiros oportunidades bem estruturadas e com resultados em sustentabilidade

Por Edna Simão, Valor — Brasília 28/07/2020 14h06 Atualizado

Na tentativa de trazer investimentos estrangeiros, o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, destacou que serão realizados 100 leilões somente em sua pasta até o fim do mandato do governo do presidente Jair Bolsonaro. A intenção do ministro foi mostrar aos investidores estrangeiros oportunidades bem estruturadas e com resultados em sustentabilidade.



[https://s2.glbimg.com/7LA_pizcM1uRLqoyG_IMz4NFRr8=/0x0:3840x2550/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/f/D/2BEtAsShWtsENk4Yo_hbQ/190927leilaorodovias816.jpg](https://s2.glbimg.com/7LA_pizcM1uRLqoyG_IMz4NFRr8=/0x0:3840x2550/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2019/f/D/2BEtAsShWtsENk4Yo_hbQ/190927leilaorodovias816.jpg)

— Foto: Claudio Belli/Valor

“Temos o maior programa de concessão do mundo e trará uma avalanche de dinheiro privado na economia. Estou falando em revolução em termos de infraestrutura. Tenho certeza que o investidor

vai entrar porque o Brasil que tem histórico de respeito ao contrato” , frisou, acrescentando que isso está claro ao longo da pandemia de Covid-19. “Não rompemos, não rasgamos os contratos” , frisou Freitas.

No webinar Invest in Brasil Infrastructure, um seminário internacional on-line sobre oportunidades de atração de investimentos para o setor de infraestrutura no Brasil, realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), o ministro frisou que 34 projetos de infraestrutura já estão em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que envolvem investimentos de quase R\$ 60 bilhões, e outros 12 serão encaminhados até o fim do ano e necessitam de outros R\$ 49 bilhões.

A expectativa dele é que até o fim do ano sejam publicados 44 editais de novos leilões. Deste total, 14 devem acontecer neste ano, como é o caso da Ferroviária de Integração Oeste-Leste na Bahia; leilão das BR-153 (Goiás-Tocantins) e BR 163 (Pará). Outros 30 leilões devem ser realizados no primeiro trimestre do ano que vem, dentre eles o dos blocos de aeroportos e Nova Dutra. “A gente continua firme na nossa meta de contratar R\$ 250 bilhões de investimento só aqui no Ministério de Infraestrutura”, disse.

Segundo ele, no portfólio do governo tem 43 aeroportos, Ferrogrão, a desestatização do setor portuário. “Ferrovias que serão construídas a partir do processo de renovação de concessões. As renovações vão gerar outorgas e serão invertidos na construção de novas ferrovias que será repassado para a iniciativa privada por meio de leilão. É forma inteligente de fazer ferrovias respeitando os pilares fiscais”, frisou.

No caso do porto de Vitória, a consulta pública deve ser aberta em outubro, enquanto o Porto de Santos já teve iniciada a reestruturação. Também será aberta consulta pública para oito lotes de rodovias no Paraná. “Nossos projetos serão exemplo de sustentabilidade que já nascem com o selo verde. Aptos para concorrer green bonds”, contou.

Freitas destacou que, com os erros do passado, o governo aprendeu a reestruturar a concessão no que diz respeito a compartilhamento de risco. “Estamos tratando todos os riscos comunicados. Sempre apareceu nas conversas a preocupação com o risco cambial. E sempre foi jogado para baixo do tapete. Nós estamos tratando com outorga variável que vai amortecer as oscilações do câmbio”, disse.

Freitas afirmou que há vários projetos ainda em discussão no Congresso Nacional que ajudam na melhoria do marco regulatório, citando o de óleo e gás e mudanças nas debêntures de infraestrutura. Ele citou ainda a necessidade de mudança do regime de partilha para o de concessão para os leilões de petróleo. “Temos um Congresso com orientação para o business”, disse, acrescentando que há vários projetos que são possíveis de se chegar ao consenso.

No caso das outorgas dos aeroportos, ele disse que como já foi sinalizado pelo governo será feita uma revisão dos contratos para o equilíbrio econômico financeiro. “Vamos utilizar os instrumentos da lei”, contou. “Já sinalizamos que faremos o reequilíbrio econômico desses contratos. Isso traz segurança jurídica”, contou, ressaltando que o Brasil foi um dos que admitiu que a pandemia como fator de força maior.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 28/07/2020

PORTOS E FERROVIAS SE MOBILIZAM PARA PROLONGAR ISENÇÃO

Dezoito entidades empresariais fazem apelo a Guedes por desoneração que está terminando
Por Daniel Rittner e Raphael Di Cunto — De Brasília 28/07/2020 05h01 Atualizado

Portos e ferrovias se mobilizam para prolongar isenção | Brasil | Valor Econômico
<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/28/portos-e-ferrovias-se-mobilizam-para-prolongar-isencao.ghtml> 2/5



[https://s2.glbimg.com/b3cUsq80qUrGiCqkysvjpRBGB-A=/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/R/s/AzGcpSQ2AIRyPIYjRpAQ/foto28bra-101-reporto-a4.jpg](https://s2.glbimg.com/b3cUsq80qUrGiCqkysvjpRBGB-A=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/R/s/AzGcpSQ2AIRyPIYjRpAQ/foto28bra-101-reporto-a4.jpg)

Sérgio Salomão, presidente da Abratec: “Sem a existência do regime, os investimentos podem ficar 30% mais caros”
— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O futuro de uma desoneração fiscal bilionária está em jogo nesta semana e levou 18 entidades empresariais a fazer um apelo ao ministro da Economia, Paulo Guedes, por apoio do governo.

Uma emenda incluída na MP 945, medida provisória que trata das relações trabalhistas nos portos organizados durante a pandemia de covid-19, prorroga por cinco anos a existência do Reporto - regime tributário especial com vigência até o fim de 2020.

Apesar do nome, o Reporto - sigla do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - beneficia também a indústria ferroviária, que deve passar por um novo ciclo de investimentos nos próximos anos, com o leilão de projetos como a Ferrogrão e a renovação antecipada de concessões existentes, como a Malha Paulista e as estradas de ferro da Vale.

O benefício garante isenção de IPI e PIS/Cofins para a compra de máquinas e equipamentos, como locomotivas e trilhos, além de suspensão da cobrança de Imposto de Importação sobre itens que não tenham similares nacionais. A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que reúne concessionárias de ferrovias, calcula em R\$ 3,22 bilhões a diferença, nos próximos cinco anos, de realizar os investimentos planejados com ou sem a existência do Reporto.

A MP quase entrou na pauta da Câmara dos Deputados na semana passada, mas acabou adiada por falta de consenso - os partidos quiseram mais tempo para avaliar as mudanças. A proposta terá uma janela apertada para aprovação. A Câmara faz sessão amanhã, e o Senado, na quinta-feira (com pouca possibilidade de mudanças, já que não haveria tempo para revisão das emendas pelos deputados). O texto perde validade no sábado.

“O ideal, para que haja maior previsibilidade aos investimentos, é que esse assunto seja resolvido o quanto antes”, afirma o diretor executivo da ANTF, Fernando Paes, na expectativa de que a discussão seja sacramentada nesta semana e não fique depois.

Ele lembra que a última extensão do Reporto, em 2015, buscava contemplar justamente as renovações das concessões de ferrovias esperadas para o quinquênio seguinte - mas acabaram demorando mais do que o previsto e só estão saindo agora. “Seria pena haver descasamento bem na hora em que começaram a ser assinadas.”

No setor portuário, todas as licitações feitas pelo governo para arrendamentos de terminais têm contemplado o Reporto nos cálculos de quanto as empresas deverão desembolsar, conforme exigências contratuais. “Sem a existência do regime, os investimentos podem ficar 30% mais caros”, diz o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Sérgio Salomão.

Sem uma prorrogação do benefício, a tendência é que operadoras que consideraram a renúncia fiscal em seus modelos econômicos financeiros peçam reequilíbrio dos contratos. Já os arrendamentos futuros podem render menos à União. No caso do terminal de contêineres previsto para o porto de Suape (PE), a eventual oneração do projeto com os tributos suspensos pelo Reporto resultaria em queda de até R\$ 400 milhões no valor da outorga, conforme estimativas do setor privado.

Além da ANTF e da Abratec, 16 entidades empresariais assinam a carta para o ministro Guedes, que foi enviada no fim da semana passada. Integram a lista de signatários associações como ABTP (terminais portuários), Abifer (indústria de equipamentos ferroviários), ANPTrihos (operadoras de trens e metrô) e federações de indústrias como Fiesp, Fiemg, Fiergs e CNI.

O relator da MP, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), diz que há preocupação com quebra de contratos e necessidade de repactuação. “O governo, pelo menos o Ministério da Infraestrutura, é favorável porque sabe de todos esses problemas que ocorrerão. Quem está contra é o Ministério da Economia, que está no papel dele de fazer as contas, por causa do impacto [fiscal] e também da falta de previsão orçamentária.”

Os partidos ainda estudam como se posicionar, se a MP for votada nesta semana. Cidadania e PSL estão a favor da emenda, mas há resistência tanto em legendas mais governistas como nas de oposição. “Acreditamos que, antes de se garantir uma prorrogação integral do incentivo como está no PLV [projeto de lei resultante de conversão da MP], inclusive com aumento dos beneficiários, o Congresso deve debater essa questão dentro do contexto da reforma tributária”, disse o líder do Novo na Câmara dos Deputados, Paulo Ganime (RJ).

Já o líder do PSB, deputado Alessandro Molon (RJ), afirmou que a bancada ainda analisará até a votação se essa prorrogação é “indispensável até a votação da reforma tributária”, mas destacou que “esse modelo não é bom”. “O ideal é a reforma tributária tratar disso e evitarmos essa multiplicação de regimes diferenciados”, defendeu Molon.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020

PORTOS E FERROVIAS BUSCAM PRORROGAR INCENTIVO

Congresso incluiu a prorrogação do programa Reporto por cinco anos na MP 945, que modifica temporariamente as relações trabalhistas nos portos públicos

Por Daniel Rittner e Raphael Di Cunto — De Brasília

Uma desoneração tributária de R\$ 7 bilhões está em jogo nesta semana. O Congresso incluiu a prorrogação do programa Reporto por cinco anos na MP 945, que modifica temporariamente as relações trabalhistas nos portos públicos.

tributário especial que isenta de IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação as concessionárias de ferrovias e operadoras de terminais portuários por investimentos em seus empreendimentos. O benefício termina em dezembro, mas um grupo de 16 associações empresariais enviou carta ao ministro Paulo Guedes pedindo o apoio do governo ao relatório do deputado Felipe Francischini (PSL-PR), que prorroga a desoneração.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020

PRÉVIAS APONTAM LUCRO DE US\$ 1,6 BI PARA VALE

Companhia vai reverter prejuízo registrado no segundo trimestre do ano passado, quando enfrentava perdas relacionadas a Brumadinho

Por Rafael Rosas — Do Rio 28/07/2020 05h01 Atualizado

A Vale deve apresentar resultados “sólidos” no segundo trimestre, mas os efeitos da covid-19 vão limitar a receita da mineradora. Um grupo de quatro bancos e instituições financeiras ouvidas pelo Valor estima um lucro líquido médio de US\$ 1,602 bilhão para a empresa entre abril e junho, o que significaria a reversão do prejuízo registrado no segundo trimestre do ano passado.

Na média, as previsões para a Ebitda apontam para US\$ 3,84 bilhões no segundo trimestre, o que significaria alta de 24% ante o Ebitda ajustado de igual trimestre de 2019. Mas os efeitos da pandemia devem afetar a receita líquida, que deve ficar, segundo a média das projeções, em US\$ 7,598 bilhões, 17,2% menor em relação a abril-junho do ano passado.

O Valor obteve as projeções de Bradesco BBI, Itaú BBA, Morgan Stanley e mais uma instituição que pediu para não ser identificada. As expectativas para o lucro líquido variaram entre US\$ 867 milhões, do Morgan Stanley, e US\$ 2,3 bilhões, da instituição que pediu anonimato.

As estimativas de Ebitda variaram de US\$ 3,55 bilhão, do Morgan Stanley, a US\$ 4,1 bilhão, do Itaú BBA, enquanto a projeção da receita líquida variou de US\$ 7,37 bilhões, do Bradesco BBI, até US\$ 8,08 bilhão, do Itaú BBA. A empresa divulga o balanço amanhã, após fechamento do pregão.

Em 2019, a empresa enfrentava os desafios decorrentes do rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), o que explica o prejuízo registrado no segundo trimestre de 2019.

Para o Bradesco BBI, a Vale deverá mostrar resultados mais robustos, “mas ainda abaixo do potencial”. Os analistas do banco ressaltam que, conforme já mostrado no relatório de produção da companhia, as vendas de minério de ferro e pelotas - principal produto da empresa - aumentaram levemente, para cerca de 61,5 milhões de toneladas, impactadas negativamente pela covid-19, trabalho de manutenção no S11D e tempo de produção. Para se ter uma ideia, embora tenha havido alta frente ao primeiro trimestre, as vendas de minério e pelotas recuaram 13% ante as 70,8 milhões de toneladas do segundo trimestre de 2019.

Na semana passada, o relatório da companhia apontou produção de 67,59 milhões de toneladas, acima das 64 milhões de toneladas de abril-junho de 2019 e a companhia assumiu que o cenário mais provável é que a produção anual fique no piso da meta, de 310 milhões de toneladas.

O Bradesco resalta ainda que os preços do minério de ferro subiram 5% frente ao primeiro trimestre, com aumento dos prêmios de qualidade, o que significa um preço realizado ao redor de US\$ 90 por tonelada no segundo trimestre. A instituição também projeta que o custo caixa C1 - que inclui mina, planta, ferrovia e porto, excluindo royalties - da empresa deve permanecer próximo da estabilidade frente aos três primeiros meses do ano, aos US\$ 16,4 por tonelada, enquanto os fretes mais baratos devem ter impacto positivo no custo total da mineradora.

O Itaú BBA também citou os preços como vantagens que a Vale terá no segundo trimestre deste ano frente ao primeiro trimestre. Segundo os analistas do banco, os preços realizados de minério de ferro entre abril e junho devem subir cerca de US\$ 11 por tonelada, para algo em torno de US\$ 94,6 por tonelada, e os embarques do produto devem ficar em torno de 65 milhões de toneladas no segundo trimestre.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020

PAÍS OFERECE PREVISIBILIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA A INVESTIDOR ESTRANGEIRO, DIZ MARINHO

Ministro de Desenvolvimento Regional participou de webinar organizado pela Apex-Brasil

Por Edna Simão, Valor — Brasília

O ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou nesta terça-feira que o país tem oferecido previsibilidade, segurança jurídica e respeito aos contratos estabelecidos para atrair os investidores estrangeiros com a aprovação do marco regulatório do saneamento.

“Pela forma com que o marco se estabelece, teremos as condições adequadas para rimarmos economia com saúde, meio ambiente com sustentabilidade e, ao longo dos próximos anos, trazermos a universalização nesse sistema [de saneamento] a mais de 100 milhões de brasileiros”, disse ao participar de webinar Invest in Brasil Infrastructure, realizado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Ele estima a necessidade de um aporte de R\$ 700 bilhões (US\$ 120 bilhões) para universalização dos serviços até 2033. Segundo o ministro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já tem a formatação de uma carteira de R\$ 51 bilhões a R\$ 52 bilhões. O primeiro leilão será realizado agora em setembro, em Alagoas.



[https://s2.glbimg.com/rKqJrjo65t3QVi7gjLR_TFbjFkkc=/0x0:1548x916/984x0/smart/filter:s:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/P/F/Zn0TngSKab52OxZ8n_iJg/06bra-100-marinho-a5-img01.jpg](https://s2.glbimg.com/rKqJrjo65t3QVi7gjLR_TFbjFkkc=/0x0:1548x916/984x0/smart/filter:s:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/P/F/Zn0TngSKab52OxZ8n_iJg/06bra-100-marinho-a5-img01.jpg)

Rogério Marinho, ministro de Desenvolvimento Regional — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Marinho destacou que o ministério está analisando a modificação dos fundos de desenvolvimento regional para transformá-los em patrocinadores de estruturadores de

projetos.

“Sabemos que a carteira que está sendo oferecida é maior do que a possibilidade que os nossos bancos de fomento têm de suplementá-las. Estamos modificando a estruturação dos fundos regionais para que possam se adequar à nova realidade, possam patrocinar, possam bancar estruturação de projetos executivos com padrão adequado para que possam ser absorvidos por players, investidores e carteiras interessadas neste tipo de intervenção”, contou.

Ele também disse que está negociando com a Climate Bonds Initiative (CBI) – organização internacional sem fins lucrativos que avalia projetos sustentáveis – para que toda carteira seja certificada em relação à questão ambiental, permitindo que os investidores possam emitir green bonds, o que tornará o investimento ainda mais atrativo.

O secretário ainda destacou que o governo quer contar com o investimento da iniciativa privada para revitalização de bacias hidrográficas.

“Queremos conjugar a necessidade de desenvolvimento sustentável com a recuperação das bacias e com a melhoria da capacidade econômica do país em função desse novo normal que se apresenta na nossa frente”, frisou.

“Sabemos que há uma liquidez muito grande no mercado, mas que há também preocupação muito maior para que essa liquidez seja investida no que eu considero a espinha dorsal desse processo: previsibilidade, segurança jurídica, respeito a contratos, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e meio ambiente. Infraestrutura verde, que é isso que estamos oferecendo”, destacou.

O presidente executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini, afirmou que o governo tem avançado muito na questão regulatória, mas ainda precisa destravar, por exemplo, os setores elétrico e de petróleo e gás. Segundo ele, o setor privado está disposto a investir, mas tudo vai depender também da retomada da economia.

Por isso, Tadini disse que é preciso uma articulação do Estado para não deixar o coronavírus debilitar a demanda.

“Estamos evoluindo na parte regulatória, mas o capital precisa e gosta de retorno e retorno é dado pela demanda”, frisou. “Precisamos dar atenção para o estado de saúde da economia neste momento”, disse, acrescentando que o crescimento econômico ajuda, por exemplo, a combater efeitos do excesso de gasto, mesmo que ele tenha sido necessário.

A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia, Martha Seillier, destacou que o Brasil é um mar de oportunidades por ser a nona maior economia e oitavo mercado consumidor.

Ela disse que o país tem potencial na produção e exportação de alimentos e continua tendo as reformas estruturais como uma prioridade. Ressaltou, por exemplo, o fato de o governo ter

encaminhado na semana passada a primeira etapa da reforma tributária ao Congresso, além de discutir a reforma administrativas e projetos de modernização em vários setores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020

KAROON ESPERA REDUÇÃO DE ATÉ US\$ 190 MI EM CONTRATO COM PETROBRAS PARA COMPRA DE BAÚNA

O contrato de venda foi fechado há um ano, no valor de US\$ 665 milhões Por André Ramalho, *Valor — Rio 28/07/2020 11h36 Atualizado*

A Petrobras deve concluir a venda do campo de Baúna, em águas rasas na Bacia de Santos, para a Karoon, até o fim de setembro. A petroleira australiana informou, após a repactuação entre as partes sobre as condições do negócio, que o valor da transação pode ser reduzido entre US\$ 170 milhões e US\$ 190 milhões devido a ajustes.

De acordo com a Karoon, o preço de aquisição de Baúna será ajustado de acordo com o fluxo de caixa operacional desde a data da aquisição (1º de janeiro de 2019) até o seu fechamento, com juros sobre o preço principal da compra. O valor final, portanto, dependerá da data de fechamento da transação e dos fluxos de caixa finais registrados até a conclusão do negócio.

O contrato de venda de Baúna para a Karoon foi fechado há um ano, no valor de US\$ 665 milhões, em duas parcelas: uma antecipação de US\$ 49,9 milhões e uma segunda, no valor de US\$ 615,1 milhões, na data de fechamento, sem considerar os ajustes devidos.

Após o choque de preços do petróleo, neste ano, as partes sentaram para renegociar os termos do acordo. Na semana passada, a Petrobras informou algumas mudanças nas condições do negócio, incluindo a extensão de prazos e a divisão de novas parcelas. Com as mudanças, a estatal brasileira poderá levar até 2026 para receber, na íntegra, os valores.

O valor original do contrato, de US\$ 665 milhões, foi dividido em duas partes: uma firme, de US\$ 380 milhões; e um contingente, de US\$ 285 milhões.

O preço firme inclui, por sua vez, o adiantamento já feito de US\$ 49,9 milhões, US\$ 150 milhões a ser pagos na data do fechamento e US\$ 180,1 milhões remanescentes em 18 meses após a conclusão da transação. A Karoon informou, contudo, que espera uma redução de US\$ 170 milhões a US\$ 190 milhões no valor firme do negócio, devido a ajustes.

Já a parte contingente será paga até 2026, segundo a australiana, e está atrelada ao retorno do preço do barril do petróleo a patamares de US\$ 50 a US\$ 70 entre 2022 e 2026.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020

BNDES DIVERGE DE AUMENTOS NA PETROBRAS

Banco votou contra a proposta aprovada que reservou R\$ 43,3 milhões para pagar diretores e o conselho de administração da petroleira por um ano

Por André Ramalho e Francisco Góes — Do Rio

Divergências no grupo de controle da Petrobras na assembleia de acionistas não impediram a aprovação de um aumento de 26% nos recursos (R\$ 43 milhões) reservados para pagamento de diretores e conselho de administração durante um ano. Dono de 0,24% das ações ordinárias e de 7,04% do capital total da Petrobras, o BNDESPar votou contra o aumento, por considerá-lo inadequado num momento de gravíssima crise econômica. A Petrobras alega que o aumento decorre dos resultados de 2019 - lucro de R\$ 40,1 bilhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 28/07/2020



AGÊNCIA BRASIL - DF

BRASIL FECHA 1,19 MILHÃO DE VAGAS DE TRABALHO NO PRIMEIRO SEMESTRE

Da redação com Agência Brasil - Crédito: Agência Brasil/ Arquivo

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que divulgou os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), confirmou que, no primeiro semestre, o saldo do emprego formal ficou negativo em 1.198.363, resultado de 6.718.276 admissões e 7.916.639 desligamentos.

A quantidade total de vínculos ativos com carteira assinada ficou em 37.611.260. O salário médio de admissão em junho foi de R\$ 1.696,92.

Em junho, as demissões de empregos formais chegaram a 906.444 e as admissões a 895.460. Com isso, o saldo negativo ficou em 10.984 vagas, número inferior ao registrado em maio (-350.303), informou hoje (28)

A secretaria destaca que, em junho, “o mercado formal de trabalho apresentou melhora em relação a maio. Junho teve 16% menos desligamentos (166.799) e 24% mais admissões (172.520) do que maio”.

Setores

A agropecuária foi o setor de melhor desempenho, com a abertura de 36.836 novas vagas, seguido pela construção civil, que registrou saldo positivo de 17.270 postos de trabalho. Comércio e serviços registram saldos negativos com o fechamento de 16.646 e 44.891 vagas, respectivamente.

Regiões

Entre as regiões, o Centro-Oeste, Norte e Sul tiveram resultados positivos, com saldos de 10.010, 6.547 e 1.699, respectivamente. O pior resultado foi o da Região Sudeste que fechou o mês com menos 28.521 vagas. No Nordeste, o saldo ficou negativo em 1.341.

Entre as unidades da Federação, o melhor resultado foi registrado em Mato Grosso com a abertura de 6.709 postos de trabalho. Em contrapartida, o pior resultado foi no Rio de Janeiro que em junho registrou o fechamento de 16.801 vagas.

Reforma trabalhista

A modalidade trabalho intermitente teve saldo positivo de 5.223 empregos, resultado de 11.848 admissões e 6.625 desligamentos. De acordo com a secretaria, 79 trabalhadores tiveram mais de um contrato intermitente.

Com 5.889 admissões em regime de tempo parcial e 11.461 desligamentos, o trabalho em regime de tempo parcial teve resultado negativo (-5.572). Foram registrados 19 trabalhadores com mais de um contrato em regime de tempo parcial.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data : 28/07/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

WEBINAR COMO OS PORTOS E TERMINAIS BRASILEIROS ESTÃO SE PREPARANDO PARA RECEBER NAVIOS DE GRANDE PORTE?

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 28/07/2020 - 11:26



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200727-porto-de-salvador-navio-msc-porta-conteiner.jpg>

A Portos e Navios realiza nesta quinta-feira (30) webinar com o tema "Como os portos e terminais brasileiros estão se preparando para receber navios de grande porte?", às 17h.

A cada dia, navios cada vez maiores estão frequentando o litoral brasileiro. Essa é uma tendência que já afeta as operações de alguns dos principais portos do país, que necessitam de aperfeiçoamento para viabilizar as operações.

O evento abordará aspectos relevantes, como adaptações físicas necessárias nas instalações portuárias, segurança nas manobras dos navios e aspectos relacionados ao negócio da navegação.

Palestrantes



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/webinar/caio-morel.jpg>

Caio Morel - Representante da ABRATEC. Possui sólida trajetória de mais de 30 anos no segmento marítimo, com foco no transporte de contêineres. Entre outras experiências anteriores, ficou por quase 10 anos na Santos Brasil, onde foi diretor estatutário administrativo e diretor estatutário de operações. Enquanto ocupou esse cargo, a produtividade do Tecon Santos, maior terminal de contêineres da América do Sul, obteve ganho superior a 100%, passando de 50 contêineres movimentados por hora em 2010 para 106 em 2015,

tornando-se o maior em produtividade no Brasil.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/webinar/marcelo-werner.jpg>

Marcelo Werner Salles - Superintendente do Porto de Itajaí, é engenheiro, Presidente (CEO) da Salles Consultoria Portuária, Diretor Administrativo Financeiro da Associação Brasileira de Entidades Portuárias - ABEPH, Membro Titular do Conselho de Autoridade Portuária Autoridade Portuária do Complexo Portuario de Itajai SC, atua no setor há 40 anos, tendo exercido diversos cargos públicos na área de portos.



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/webinar/leandro-carelli.jpg>

Leandro Carelli Barreto - Managing Director da Solve Shipping. Graduado em Administração com especializações Economia Internacional e em Inteligência Competitiva, atua há quase 20 anos no segmento logística, onde já foi Gerente de Market Intelligence na Hamburg-Süd, Professor/Conselheiro do Ibramer, Diretor de Análises da Datamar Consulting e Colunista do Guia Marítimo. Desde 2016 vem atuando como consultor, à frente da SOLVE Shipping Intelligence.

As inscrições para participação são feitas pela plataforma Zoom no link <https://bit.ly/3g8wqV0>. O evento será transmitido também pelo Youtube, no canal da Portos e Navios: <https://www.youtube.com/portosenavios>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/07/2020

PORTA-CONTÊNER DA CLASSE SAMMAX ATRACA NO PORTO DE SALVADOR

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/07/2020 - 21:07



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200727-porto-de-salvador-navio-msc-porta-conteiner.jpg>

O Porto de Salvador recebeu pela primeira vez, no último sábado, o navio "MSC Nitya B", um porta-contêiner da classe Sammax, um dos maiores em operação em águas jurisdicionais brasileiras.

O navio, com 330 metros de comprimento, atracou no Terminal de Contêineres Tecon, para operação pioneira de escoamento da safra de frutas (uva, manga, limão) do Vale do São Francisco (Petrolina e Juazeiro).

Antes do Porto de Salvador, o navio atracou no Porto de Suape, em Pernambuco.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/07/2020

NOVA VOTAÇÃO SOBRE LEGALIDADE DA SSE/THC-2 NO CADE É ESPERADA PARA AGOSTO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 27/07/2020 - 20:35



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/191202-conteiner.jpg>

Arquivo

Terminais alegam que, para pedidos de rápida liberação, dispõem de serviços direcionados e/ou personalizados que geram custos adicionais.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) voltará a julgar a legalidade da cobrança da taxa de serviço de segregação e entrega (SSE), também chamada de THC-2. A matéria já está sendo discutida há alguns anos, com decisões e resoluções que, além do órgão de defesa econômica, envolvem a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A expectativa é que o novo julgamento no plenário do Cade ocorra em agosto.

A advogada Carolina Bessa, que representa o terminal de contêineres de Suape (PE), considera que a atividade portuária exige a implantação de uma cadeia logística que objetiva o correto recebimento do contêiner, desde o navio até a entrega para seu consignatário. Segundo a advogada do escritório Martorelli Advogados, toda essa atividade gera um custo operacional para os terminais portuários. Ela entende que a SSE é uma taxa cobrada pelos terminais portuários como serviço diferenciado que visa o manuseio e destinação de contêiner do pátio dos terminais aos portos secos ou retro alfandegados.

Carolina acredita que o Cade terá a oportunidade de revisitar decisões anteriores e reconhecer a legalidade da SSE. Ela reforça que os serviços prestados pelos terminais portuários são 'verificáveis, adicionais e justificáveis', conforme o pedido de entrega expresso pelos recintos retro alfandegados. A advogada afirma que os terminais portuários não podem ser penalizados por uma cobrança lícita de serviço efetivamente prestado e autorizado pelo órgão regulador, sob pena de gerar insegurança jurídica tanto nas relações atuais. Ela argumentou que, para os pedidos de rápida liberação (express delivery), o terminal portuário dispõe de serviços direcionados e/ou personalizados que geram custos adicionais.

Os terminais de contêineres alegam que os custos de serviços de manuseio do contêiner entre o porão da embarcação e o local destinado ao empilhamento no porto são cobrados por eles em uma cesta de serviços (box rate), que é paga pelo armador do navio. Dentro da box rate está o

Terminal Handling Charge (THC), que descreve a operação de movimentação dos contêineres do costado da embarcação até a pilha comum no terminal portuário. Quando determinado contêiner desembarcado no terminal portuário se destina a algum terminal retroportuário ou terminal seco, porém, existe dentro da operação uma nova logística para este serviço. “Os terminais retroalfandegados listam seus contêineres para que estes sejam liberados no prazo máximo de 48 horas, o que demanda, entre outras ações, preferência de alterar a fila normal de desembarque no terminal”, apontou Carolina.

Para o advogado Marcelo Sammarco, que representa operadores portuários, a maior preocupação é o excesso de regulação de um tema já regulamentado pela agência reguladora e decisões da Justiça. Ele entende que decisões do Cade em outra direção criam insegurança jurídica prejudicial ao setor e são contra a lei de liberdade econômica, que prevê a intervenção mínima do Estado, o que pode inibir investidores. Sammarco observa nas disputas entre porto seco e operador portuário, principalmente no estado de São Paulo, jurisprudência atual majoritariamente no sentido de reconhecer a legalidade do serviço. Paralelamente, ele vê a Antaq ratificando a legalidade da cobrança em suas decisões e normas. E acrescentou que a agência reconheceu a SSE como serviço faz jus a uma remuneração específica. Dessa forma, ele ressaltou que o THC do armador é distinto da SSE.

O advogado disse que a resolução 34/2019 evidenciou o entendimento da resolução 2389/2012 de que a SSE é um serviço destacado do THC-2. “Quando um porto seco solicita transferência de contêiner da área molhada caracteriza a relação jurídica entre dois terminais”, afirmou. “O grande problema é que o Cade, há vários anos, tem posição contrária ao que a Antaq estabelece no plano regulatório, contrariando decisões judiciais e sem reconhecer a prática legítima de cobrar pelo serviço”, comentou Sammarco.

Caroline, da Martorelli, citou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que autoriza a incidência da SSE, além das resoluções da Antaq e de outras decisões de tribunais regionais federais que anularam as decisões condenatórias do Cade. Ela lembrou que a superintendência geral do Cade entendeu que não há infração à ordem econômica para o período posterior à publicação da RN-34/2019, estando os autos em vias de serem julgados pelo plenário do Cade. “O tribunal do Cade pode confirmar o entendimento da superintendência geral, mudando o próprio entendimento de que a cobrança da SSE é abusiva”, analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 28/07/2020